

PARADIGMAS DA GEOGRAFIA:

*UM DEBATE ENTRE ARMEN MAMIGONIAN E
ROBERTO LOBATO A. CORRÊA*

**Maria Graciana E. de Deus Vieira, José Messias
Bastos, João Victor Moré Ramos (Orgs.)**

Cadernos Geográficos
Nº 39 – UFSC / CFH / GCN / LABEUR / IIR
Florianópolis, maio de 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor: Ubaldo César Balthazar

Vice-reitora: Catia Regina Silva de Carvalho Pinto

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Miriam Furtado Hartung

Vice-Diretor: Jacques Mick

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

Chefe: Michele Monguilhott

Sub-Chefe: Everton da Silva

GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Coordenador: Maria Helena Lenzi

Sub-Coordenador: Orlando Ednei Ferretti

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Coordenador: Clécio Azevedo da Silva

Sub-Coordenador: Aloysio Marthins de Araujo Junior

INSTITUTO IGNACIO RANGEL

Presidente: José Messias Bastos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Cadernos Geográficos

UFSC / CFH / GCN / LABEUR / IIR

Cadernos Geográficos é uma publicação editada pelo Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, através do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LABEUR), em parceria com o Instituto Ignácio Rangel (IIR).

Patronos:

• André Cholley (1886-1968) • Ignacio Rangel (1914-1994)

Comissão Editorial:

• Armen Mamigonian (USP/UFSC)
• Carlos José Espíndola (UFSC)
• Fábio Napoleão (UDESC)
• Isa de Oliveira Rocha (UDESC)
• Ivo Raulino (FURB)
• José Messias Bastos (UFSC)
• Maria Graciana Espellet de Deus Vieira (UDESC)
• Maria Lúcia de Paula Herrmann (UFSC)

Conselho Editorial:

• Mee Joung Lee (HUFS/ILAS)
• César Augusto Ávila Martins (FURG)
(In Memoriam)
• Elias Khalil Jabbour (UERJ)
• Edson de Moraes Machado (UFSC)
• Giselli Ventura de Jesus (UDESC)
• João Victor Moré Ramos (UFSC)
• Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira (UNIVALI/UFSC) *(In Memoriam)*
• Zeno Soares Crocetti (UNILA)

Edição: José Messias Bastos / Edson de Moraes Machado/ João Victor Moré Ramos

Capa: João Victor Moré Ramos (imagem: El Lissitzky – Proun 3 A)

Revisão Técnica: Edson de Moraes Machado/ Fernando Soares de Jesus/ João Vitor Sandri Coelho/ João Victor Moré Ramos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Paradigmas da geografia: um debate entre Armen Mamigonian e Roberto Lobato A. Correa; Maria Graciana E. de Deus Vieira, José Messias Bastos, João Victor Moré Ramos, (orgs.). – Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. – (Cadernos Geográficos, 39)

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-23682-8

1. Corre, Roberto Lobato A., 1939 – 2. Geografia 3. Geografia física 4. Geografia Humana 5. Mamigonian, A, 1935- I. Mamigonian, Armen II. Correa, Roberto Lobato A. III. Vieira, Maria Graciana E. de Deus. IV. Bastos, José Messias. V. Ramos, João Victor Moré. VI. Série.

21 - 67189

CDD – 910

Índices para catálogo sistemático:

1. Geografia 910

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB – 8/9427

www.cadernosgeograficos.ufsc.br / cadernosgeograficos@contato.ufsc.br

Tel: 048 3721 - 8613 (LABEUR – UFSC)

NOTA EDITORIAL

A Série Cadernos Geográficos (Nº 39) traz a público nesta edição o debate promovido pelo PET de Geografia da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Estadual de Santa Catarina em abril de 1995, com a participação dos geógrafos Armen Mamigonian e Roberto Lobato A. Corrêa.

Naquela ocasião, a geografia de Santa Catarina procurou aprofundar o debate entorno da intersecção geografia-marxismo nos estudos geográficos, que já colhia alguns frutos no último quartel do século XX, com as dissertações de mestrado de Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira “Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna (1988); Celia Maria e Silva “A evolução sócio-espacial do capitalismo em Ganchos-SC (1989); Maria Salete Munhoz Kaesemodel “Origem e Desenvolvimento da Indústria moveleira em São Bento – SC (1989); Nazareno José Campos “Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina (1989)”; Maria Graciana Espellet de Deus Viera “Formação social brasileira e geografia: reflexões sobre um debate interrompido (1992); Isa de Oliveira Rocha “A industrialização de Joinville (SC): da gênese as exportações (1994)”; Alcides Goularti Filho “A inserção da indústria do vestuário na economia do Sul de Santa Catarina (1995); Sheila Vieira “A indústria de Alta tecnologia em Florianópolis (1995)”; José Messias Bastos “Comércio de múltiplas filiais em Florianópolis

(1996)”; Carlos José Espíndola “Agroindústrias no sul do Brasil: o caso Sadia (1996)”; Ivo Raulino “Demanda da Energia na indústria Catarinense: impactos da crise do petróleo sobre a matriz energética da indústria catarinense (1997); Marcos Aurélio da Silva “Indústria de materiais elétricos na região nordeste de Santa Catarina (1997)”.

Diante dos desafios impostos pela crise filosófica, de método e significado que penetrou nas ciências sociais, e sobretudo na geografia nessas primeiras décadas do século XXI, torna-se oportuno divulgar o resgate desse encontro entre dois grandes mestres da geografia brasileira, que, mesmo em idade avançada continuam iluminando, como verdadeiras fontes de otimismo e compromisso social, as novas e futuras gerações de geógrafos em formação.

*Comissão Editorial
Florianópolis, maio de 2021*

EDITORIAL NOTE

The Geographic Notebooks Series (No. 39) brings to the public in this edition the debate promoted by the PET of Geography of the Faculty of Education (FAED) of the State University of Santa Catarina in april 1995, with the participation of geographers Armen Mamigonian and Roberto Lobato A. Corrêa.

At that time, the geography of Santa Catarina sought to deepen the debate surrounding the geography-marxism intersection in geographic studies, which was already reaping some rewards in the last quarter of the 20th century, with Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira master's dissertations "Of Geography that the genesis of modern geography is taught (1988); Celia Maria e Silva "The socio-spatial evolution of capitalism in Ganchos-SC (1989); Maria Saleté Munhoz Kaesemodel "Origin and Development of the Furniture Industry in São Bento - SC (1989); Nazareno José Campos "Communal lands and small Azorean production on Santa Catarina Island (1989)"; Maria Graciana Espellet de Deus Viera "Brazilian social formation and geography: reflections on an interrupted debate (1992); Isa de Oliveira Rocha "The industrialization of Joinville (SC): from genesis to exports (1994)"; Alcides Goularti Filho "The insertion of the clothing industry in the economy of the South of Santa Catarina (1995); Sheila Vieira "The high technology industry in Florianópolis (1995)"; José Messias Bastos "Trade in multiple branches in

Florianópolis (1996)”; Carlos José Espíndola “Agroindustries in southern Brazil: the Sadia case (1996)”; Ivo Raulino “Demand for Energy in the Santa Catarina industry: impacts of the oil crisis on the energy matrix of the Santa Catarina industry (1997); Marcos Aurélio da Silva "Industry of electrical materials in the northeast region of Santa Catarina (1997)".

In view of the challenges imposed by the philosophical crisis, of method and meaning that penetrated the social sciences, and especially geography in these first decades of the 21st century, it is opportune to publicize the rescue of this meeting between two great masters of Brazilian geography, which, even in old age continues to illuminate, as true sources of optimism and social commitment, the new and future generations of geographers in formation.

*Editorial Commission
Florianópolis, May 2021*

SUMÁRIO

Apresentação.....	13
2. Formação Social e os conceitos associados – Roberto Lobato A. Corrêa.....	17
3. Formação Social e Geossistemas – Armen Mamigonian.....	33
4. Debate.....	63

SUMMARY

1. Presentation	13
2. Social Formation and associated concepts – Roberto Lobato A. Corrêa.....	17
3. Social Formation and Geosystems – Armen Mamigonian.....	33
4. Discussion.....	63

1 APRESENTAÇÃO¹

Maria Graciana E. de Deus Vieira

Hoje, nós estamos vivendo um momento extraordinário, importante para nós, tendo a oportunidade de trazer aqui ao auditório do Centro de Ciências Humanas e Educação (FAED-UDESC) dois ilustres mestres da Geografia Brasileira: o professor Roberto Lobato Corrêa e o professor Armen Mamigonian, que já tem uma trajetória, na verdade, de mais de três décadas a serviço do conhecimento da Geografia no Brasil, a serviço do conhecimento da sociedade brasileira.

O professor Lobato Corrêa é formado pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, no curso de Geografia. Fez mestrado em Chicago e trabalhou por muito tempo no IBGE, também sendo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele tem, conforme seu próprio depoimento na entrevista da GEOSUL, sua formação dentro de três eixos que seriam: a geografia francesa, a geografia quantitativa e a geografia com fundamentos no marxismo. O professor Lobato tem vários trabalhos realizados, trabalhos publicados principalmente dentro

¹ Primeira transcrição das gravações em fita k7 realizada por Fabio Napoleão. Transcrição mimeografada para o formato atual, realizado originalmente por João Victor Moré Ramos.

da temática urbana e regional, da organização espacial urbana e regional.

É importante salientar que, tanto o professor Lobato, quanto o professor Armen, tem uma longa participação nos debates de ideias que se concentram não só nos departamentos, mas principalmente se concentram, e se concentravam dentro da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). Aliás, essas experiências são extremamente ricas para se resgatar e aproveitar.

O professor Armen Mamigonian é formado pela faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ainda então, como curso de História e Geografia. Tem doutorado em Estrasburgo, na França, e tem, desde a década de 50, iniciado seu trabalho como professor, aqui na antiga Faculdade de Filosofia de Santa Catarina - Florianópolis, que agora está completando 40 anos no curso de Geografia. Depois participou também como professor em Presidente Prudente, assim como, atualmente é professor na Universidade de São Paulo, e presta orientação e também cursos, tanto como professor visitante em Presidente Prudente, como aqui, na Universidade Federal de Santa Catarina, - tendo sido um dos fundadores do curso de Pós-graduação em Geografia. Além

disso, tem trabalhos publicados em revistas e boletins de Geografia, principalmente dentro da temática da industrialização brasileira e suas manifestações regionais. Ultimamente, também vem desenvolvendo trabalhos dentro da epistemologia da Geografia e, assim como o professor Roberto Lobato, já tem uma trajetória de mais de três décadas dentro da Geografia brasileira, participando intensamente da Associação de Geógrafos brasileiros desde a década de 50.

Eu, com toda a sinceridade, digo que nós temos uma grande oportunidade aqui, por que são professores e pesquisadores que já tem uma larga experiência dentro da Geografia, e que podem, na verdade, trazer bastante orientação dentro da nossa caminhada de professores, assim como estudantes que pretendem, tanto lecionar, quanto pesquisar, dentro da Geografia aqui no Brasil.

É com imensa alegria termos a honra dessas presenças. O professor Armen já é um amigo da casa, porque já é a terceira ocasião em que ele dá uma palestra aqui para nós. E o professor Lobato, que é a primeira ocasião que vem nesta casa, nós esperamos que a partir de agora, ele passe a contribuir em todas as suas vindas a Florianópolis, fortalecendo e aprofundando o nosso curso de Geografia.

Gostaria de agradecer a presença aqui da professora Gerusa, porque através dos contatos que a gente tem feito com a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, estamos conseguindo tirar do papel o convênio entre a Universidade Estadual de Santa Catarina e a Universidade Federal de Santa Catarina.

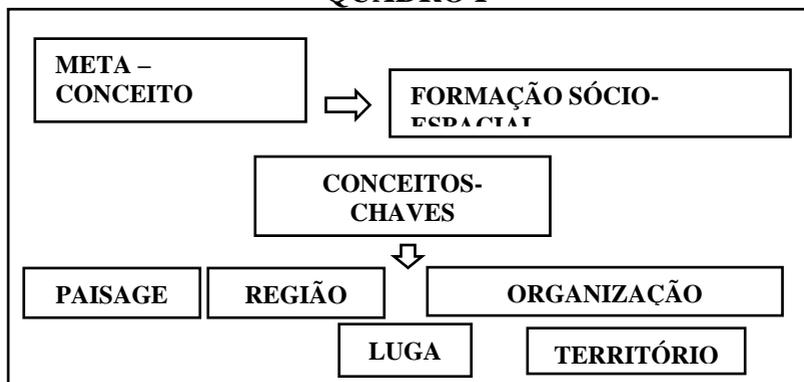
Muito obrigado. Passo a palavra agora ao professor Roberto Lobato que, como o professor Armen, terão em torno de 45 minutos para sua exposição, e logo em seguida a abertura do debate.

2 FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E OS CONCEITOS ASSOCIADOS

Palestrante – Roberto Lobato A. Corrêa

Bom. Boa noite. Eu quero em primeiro lugar, agradecer as palavras gentis da Graciana em relação a minha pessoa e externar também a minha satisfação de estar aqui nesta universidade, nesta faculdade, neste departamento, participando de um processo de debate, de discussão de um tema, ou de temas que são de máxima relevância para a Geografia. Eu, antes especificamente de começar a minha fala, quero me dirigir ao quadro para fazer um esquema gráfico que vai servir de base para a minha exposição, e eu acho que é importante que esteja ali. Isso é apenas dois ou três minutos, e entorno do esquema a gente irá fazer a apresentação.

QUADRO I



Eu quero inicialmente agradecer o convite que a Graciana me fez para participar dessa mesa redonda sobre região, organização espacial, e formação sócio-espacial, porque foi extremamente oportuno para mim, no sentido de me incitar a estabelecer rapidamente reflexões sobre estes conceitos chaves da Geografia.

Evidentemente, todo o nosso pensamento tem sido ao longo do tempo sujeito a mudanças. O próprio tempo se encarrega de mudanças, e evidentemente coisas escritas, faladas há dez, vinte, trinta anos atrás por nós, ou por qualquer um de nós, estão sujeitos a modificações, quer dizer, o nosso pensamento é caracterizado por uma relativa permanência sujeita a mudança. Ora, no que vou apresentar hoje aqui, é fruto de uma reflexão que vem sendo gestada de uma maneira mais do que nunca de caráter provisório, no sentido de que há muita necessidade de reflexão, um esforço de organizar o pensamento de algumas coisas que estavam mais ou menos desarticuladas, ou mais ou menos se enquadrando. Mas o convite significa a possibilidade efetiva de se armar um esquema que é provisório, mas que coloco aqui como base para que nós possamos discutir esses temas que são de fundamental importância para a teoria da

Geografia. E é nesse sentido que o título da minha fala é o seguinte: **formação sócio-espacial, e os conceitos associados**. Eu particularmente introduziria no título da mesa um outro título, tentando ampliar os nexos nesse sentido: **paisagem, região, organização espacial, lugar, território, e a formação sócio-espacial**.

A minha fala vai ser tentar colocar aqui para discussão, os nexos, as conexões estabelecidas entre formação sócio-espacial ou formação espacial de um lado, e de outro, os conceitos de paisagem, região, organização espacial, lugar e território. É esse o esquema que consigo estabelecer a respeito dessas possíveis relações. Para refletir: Isto é uma coisa da academia mesmo, não é? do debate em que se traz à tona para a discussão ideias emergentes, ideias embrionárias, ideias em gestação, ideias mais ou menos arrumadas para serem desarrumadas daqui a pouco, e rearrumadas mais adiante. Esse é o papel da universidade, o mesmo desse debate.

A minha proposta para que nós debatamos hoje, e penso que talvez seja um bom encaminhamento da questão, seja admitir de um lado a formação sócio-espacial como um meta-conceito, ou se vocês quiserem, um paradigma, que a partir dele se associam, derivam as setas, articulando meta-conceito aos

conceitos associados. Os conceitos chaves são apelativos: paisagem, região, organização espacial, lugar, território, que também tem nexos entre eles. Não são conceitos uns independentes dos outros. Há também, e espero que o gráfico mostre claramente isso: relação entre paisagem, região, organização espacial, lugar e território, todos articulados, não como está no gráfico, um a um, mas todos entre si.

A tese, então é de que podemos imaginar a noção de formação sócio-espacial como um meta-conceito, como um paradigma. Quer dizer, como um conjunto de ideias articuladas, contextualizadas histórica e espacialmente através do qual nos é fornecido uma visão de mundo. Ou como alguns antares admitem, é possível falar de uma meta-teoria, quer dizer, uma teoria de grande amplitude que diz respeito a um modo específico de olhar a realidade. Ora, esses grandes meta-conceitos, paradigmas que fornecem referências fundamentais básicas a partir da qual nós enxergamos o mundo, é o passado, o presente e, o devir que nos fornece uma base conceitual a partir da qual nós concebemos a realidade em seu movimento de transformação. Eles são, no meu entender, difíceis de serem operacionalizados. Eles precisam ser rebatidos em conceitos chaves através do qual o meta-conceito está presente. E esses

conceitos-chaves na tradição geográfica tem sido a paisagem, a região, a organização espacial, o lugar e o território. Daí essas setas. Cinco setas articulando a formação sócio-espacial aos cinco conceitos. Isso significa que a formação espacial (sócio-espacial), se faz presente no plano conceitual, e é possível de ser operativo na paisagem, na região, na organização espacial, no lugar, no território.

Dito de outra maneira, o território é uma expressão da formação sócio-espacial. O lugar é uma expressão da formação sócio-espacial. A organização do espaço é uma expressão da formação sócio-espacial. A região e a paisagem também. Bom, o que nós estamos entendendo por formação sócio-espacial, que é a expressão, advém de uma tentativa de introduzir a dimensão espacial ao conceito de formação econômico-social, caro a teoria marxista. Talvez as ideias seminais do conceito de formação econômico-social apareçam no clássico trabalho de Marx do *Grundrisse: manuscritos econômicos 1857-1858*, e que depois aparecem em um livro que é mais uma cópia do que Marx tinha preparado e que não conseguiu trazer-lo a uma obra definitiva. No livro *Formações econômicas pré-capitalistas*, além da leitura da obra dos textos, dos rascunhos de Marx, é de fundamental importância ler o prefácio de Eric Hobsbawm.

Ora, o conceito de formação econômico-social ficou por muito tempo congelado, definido. Até então ninguém o conhecia. Só aparece muito tardiamente, e aparece em alemão, com circulação limitada, e em inglês, este último que nos anos 70 dá uma longa discussão publicada nos “*Cuadernos del Pasado e Presente*” sobre o conceito de formação econômico-social no âmbito das análises marxistas, e que apesar das diferenças entre os diferentes autores que participaram do debate, a formação econômico-social é entendida como a especificação de um dado modo de produção, onde emergem variantes históricas e geográficas, suas variedades regionais, segundo a expressão de um dos debatedores, Maurice Décaillot. E trata-se de um conceito que permite compreender a uma sociedade tanto em sua totalidade, como em suas partes.

Penso que pela leitura dos textos de Décaillot, Sereni e Luporini se pode, com toda certeza, dizer que o conceito de modo de produção (abstrato-real) é equivalente a categoria de entendimento da realidade, que é universal. Enquanto que a formação econômico-social pode ser entendida como uma especificação do modo de produção, como uma particularidade, já que o modo de produção é entendido como um abstrato-real, a formação econômico-social é a expressão do particular, isto é,

um conceito vinculado a sociedades concretas ligadas ao modo de produção dominante e, que segundo diferentes autores, aos modos de produção subordinados.

Penso que a formação econômico-social seja um produto imediato, um produto de combinações de processos distintos, portanto, um produto da lei do desenvolvimento desigual e combinado. Ou para usar uma linguagem mais geográfica: a formação econômico-social é o resultado de uma desigual espaço-temporalidade dos processos sociais.

Pois bem, no âmbito dessa discussão, na própria década de 70, o professor Milton Santos publica um artigo que aparece primeiramente em inglês, na revista *Antípode*, falando da formação sócio-econômica como teoria e método, e que nos fornece, no meu entender especial, privilegiadamente espacial. Segundo o próprio Milton Santos, que faz um esforço de introduzir a dimensão espacial no conceito de formação econômico-social, demonstra que é impossível a concepção ao nível da especificação de um conceito mais geral de modo de produção e formação econômico-social que esteja desvinculado do espaço, estabelecendo um nexo entre estrutura da sociedade, o seu movimento, e o espaço. Uma relação que, segundo o próprio Milton Santos, é uma relação de duas mãos. De um

embricamento no qual é impossível a separação do espaço como parte integrante de uma formação sócio-espacial. Diz o Milton Santos: os processos de produção stricto sensu, (circulação, distribuição e consumo) são histórica e espacialmente determinados em um movimento do todo e através de uma formação social. E que os modos de produção se tornam concretos numa base territorial historicamente determinada e mais: as formas espaciais, os caminhos, as fábricas, as cidades, os modos como o homem organiza o espaço, distribui suas atividades e as suas materialidades no espaço, são formas espaciais que constituem a linguagem do modo de produção, isto é, uma manifestação do modo de produção. É nesse sentido que é possível conceber um bairro fabril, com fábricas, vilas operárias no contexto da alta Idade Média. Da mesma maneira que a funcionalidade de uma cidade murada, herdeira da Idade Média tem um significado totalmente diferente e é absorvido pela sociedade do presente. O Milton Santos ainda fala que a localização dos homens, atividades e coisas no espaço pode ser explicada tanto pelas necessidades externas, ou seja, do modo de produção puro da sociedade capitalista, como pelas necessidades internas da formação econômico-social. Quer dizer, da internalização, ou melhor, da especificação desse modo de

produção no contexto histórico-geográfico concreto. Não é o capitalismo apenas, como conceito mais geral, mas o capitalismo nos Estados Unidos, na Suécia, no Brasil e por aí fora.

Isso significa que a formação econômico-social só existe no espaço, e sem o espaço ela deixa de ser histórica, social, tornando o espaço simplesmente espaço absoluto. Quer dizer, o espaço tem apenas a formação de conter as coisas sem nenhuma relação, sem nenhum nexos com as coisas. E é nesse sentido que Milton Santos irá afirmar que uma formação é social, econômica e espacial, portanto, uma formação sócio-espacial, e que em conversas mais recentes diria: e porque não nós assumirmos de vez a formação sócio-econômica? Ela está claramente inteligível, e se a gente sabe ver esses nexos de uma maneira tão clara, não há porque não falar em formação espacial.

Ora, a formação sócio-espacial é um meta-conceito, um paradigma, ou seja, um conjunto articulado de conceitos, esquemas interpretativos que definem uma dada visão do mundo e dificilmente é operacionalizável. Mas, penso eu, pode sê-la através de conceitos associados que dele derivam. Penso que talvez, nessa esfera da teoria é possível estabelecer, em relação ao conceito de formação sócio-espacial, as categorias de análise:

organização espacial, região, lugar, território e paisagem, que são conceitos-chaves e que por sua vez, só se tornam inteligíveis se forem analisados no âmbito de uma formação econômico-social. Quer dizer, a relação é de duas mãos. Cada um desses conceitos se torna inteligível, vinculado a uma dada formação econômico-social ou formação sócio-espacial, pois cada um deles é a expressão fenomênica da formação sócio-espacial exprimindo de um lado o desenvolvimento das forças produtivas, e de outro as relações sociais, os conflitos, as estruturas políticas e culturais, enfim, a totalidade social e espacial em seu contínuo movimento de transformação. Então nesse nexó é preciso que fique muito claro que nós estamos trabalhando com conceitos derivados, que podem ser inteligíveis se nós tivermos um meta-conceito que nos fornece a visão do mundo, dentro da qual nós geógrafos analisamos a paisagem, o lugar, o território, a organização espacial, a região.

Vejamos agora cada um dos conceitos-chaves derivados da formação sócio-espacial.

Recentemente foi publicado um livro, recentemente não, já faz dez anos, chamado “Formação Social e Paisagens Simbólicas”, que é um título muito sugestivo de um geógrafo inglês, Denis Cosgrove, que tem uma formação fundada na

análise marxista com grande ênfase na história da geografia cultural, ou aquilo que se denominou geografia cultural renovada. A tese desse autor é exatamente a de mostrar como as paisagens, que são materialidades, são percebidas, tocadas, sentidas e observadas por nós sobre os caminhos, sobre a distribuição das plantas, o espaço, a distribuição das casas, o tipo de casa, o tipo de gente andando como parte integrante da paisagem. Essas paisagens, elas são expressões materiais da cultura, entendida no seu sentido mais amplo, e são ricas por assim dizer, pois estão impregnadas de simbolismo tanto como expressões daquela cultura, quanto cultura como expressão da formação social. Quer dizer, a paisagem é a expressão de uma formação social nos quais ela sintetiza, materializa, seja no desenvolvimento das forças produtivas, seja nas relações sociais de produção, nos mitos, nas crenças, nos conflitos sociais, no dialeto, enfim, numa determinada forma da sociedade se exprimir espacialmente. E isso significa uma possibilidade de retomar os abandonados estudos sobre a paisagem, que tinham sido abandonados porque haviam sido colocados todos sob as bases da geografia possibilista como resultado de um processo da relação homem-natureza onde harmonicamente o homem completava aquela paisagem. Ora, a formação social aparece

aqui como base dessa relação, ou seja, a paisagem como expressão evidente da formação sócio-espacial apreendida pelos nossos sentidos e que como paisagem, contém de um lado, e de outro esconde-se a história dos homens, mas que é a expressão da formação social. E a formação sócio-espacial em sua visibilidade, em sua fenomicidade, apreendida inicialmente pelos sentidos.

Pode-se dizer o mesmo da região, esse conceito clássico da Geografia, que foi submetido a diferentes interpretações, segundo diferentes matrizes da Geografia, também pode ser visto como uma expressão da formação sócio-espacial. A região pode ser entendida como recorte que se faz da formação sócio-espacial, e que permite ressaltar a diversidade no espaço com que os homens, no âmbito da formação sócio-espacial, produzem o espaço em que vivem. Sobre a categoria da região, penso que ela pode ser associada muito nitidamente a categoria geral do entendimento do particular. Ou seja, ela é uma especificação num determinado nível de concretização de processos universais que assume especificidade, que assumem concreitude espacial através de processos repetitivos que levam a determinadas combinações de fenômenos sociais e da natureza que se repetem sistematicamente em uma dada superfície, mas

que ao mesmo tempo ela é resultado de um processo de difusão daquela combinação, que implica num limite do qual passa de uma região para outra. Ela é no meu entender uma categoria que mais se presta a noção da particularidade, essa difícil categoria da filosofia, e que se deve fazer um esforço de estabelecer essa conexão. Já a organização espacial, como outro conceito chave, é a manifestação da formação sócio-espacial entendida como conjunto de fixos, - para utilizar uma expressão cara ao Milton Santos - como estradas, campos, fábricas, cidades, etc. distribuídas espacialmente, segundo uma lógica ditada externamente pelo modo de produção, e internamente pela formação sócio-espacial.

Os outros dois conceitos têm pouca tradição na Geografia.

Conceito de lugar: o lugar no senso comum; que se fala naquele lugar; qual é o teu lugar; o lugar como conceito; o lugar entendido como expressão da formação sócio-espacial; bem como a expressão geográfica da categoria do singular. O lugar, a diversidade singular com que os processos universais se materializam, se concretizam, normalmente é referenciado em grandes escalas transformando-se o lugar na unidade da vivência por parte de grupos e indivíduos que dentro de valores

vinculados as formações sócio-espaciais desenvolvem afetividades, porque o lugar é o locus do cotidiano. Esse cotidiano, ele é profundamente marcado por uma expressão da formação sócio-espacial que se manifesta no lugar de trabalho, no lugar de lazer, no estabelecimento rural, na pequena aldeia. Penso que é possível estabelecer um esforço nesse sentido, mas que para mim, ainda é muito prematuro de se estabelecer o nexo entre a categoria do singular e do lugar.

E finalmente o conceito chave de território, entendido como a dimensão política com que grupos ou empresas exercem controle sobre determinados segmentos do espaço para ali ter a sua existência; ali poder realizar as suas atividades; para ali poder existir no presente e estabelecer condições de reprodução para o futuro imediato. Território como sendo a dimensão política da formação econômico-espacial. Território dos Estados-Nações; território das grandes corporações multifuncionais e multi-localizadas; território de diferentes grupos sociais, culturais, etários e que muitas vezes são demarcados por símbolos que fazem sentido apenas para determinados grupos, mas, que são expressão da formação sócio-espacial. Aliás, que é uma forma de se pensar também na unidade da diversidade, e que, portanto, é possível a concepção

de uma série de conceitos chaves derivados que podem ser, no meu entender, vistos como derivações do conceito de formação sócio-espacial e que nos permitem termos conceitos operativos através do qual o meta-conceito se torna operacional. Isto que estou falando é um problema que não é só da Geografia, é um produto das ciências sociais como um todo, como o estabelecimento de meta-conceitos que são paradigmas, visões de mundo através das quais fazemos a leitura do mundo e os conceitos operativos.

A questão é estabelecer as sólidas conexões entre conceitos operativos e o meta-conceito. Estamos pensando em admitir o território como uma expressão da formação sócio-espacial, um lugar como uma expressão da formação sócio-espacial, cada um desses conceitos como uma expressão da formação sócio-espacial, e inversamente a formação sócio-espacial tendo sua manifestação concreta em cada um desses conceitos, trata-se de uma relação de duas mãos. Ora, por outro lado, todos esses conceitos-chaves são operacionalizáveis, ou seja, eles podem ser traduzidos em variáveis, em indicadores, melhor dizendo, podem ser traduzidos em indicadores que se transformam em variáveis através da qual nós podemos efetivamente trabalhar o espaço do homem.

A questão é uma questão que tem um risco. Claro que tem um risco. Se não tivesse risco, não seria ciência social, seria uma técnica. Se não tivesse risco, não levaria a uma questão acadêmica intelectual. Se não tivesse risco, seria uma atividade para se ensinar um técnico de nível médio, que tem tarefas definitivamente programadas. E é esse risco que incita também o caminhar. Penso que esta é uma possibilidade de nós estabelecermos uma estrutura conceitual macro, que contem metas, conceitos, paradigmas e os conceitos operativos, articulando e re-significando conceitos chaves em graus diferentes, solidamente ancorados nas tradições da Geografia: paisagem, região, organização espacial, lugar, menos território, menos, mas parte dos conceitos que a Geografia tem trabalhado.

É isso que eu tinha a falar e trazer para o debate acadêmico. Esta possibilidade de organização das ideias tentando oferecer para a discussão um quadro de organização no qual nós estabelecemos um meta-conceito, e seus conceitos chaves operativos através do qual o meta-conceito ganha a possibilidade efetiva de pesquisas.

Eu agradeço muito a atenção de vocês.

Muito obrigado.

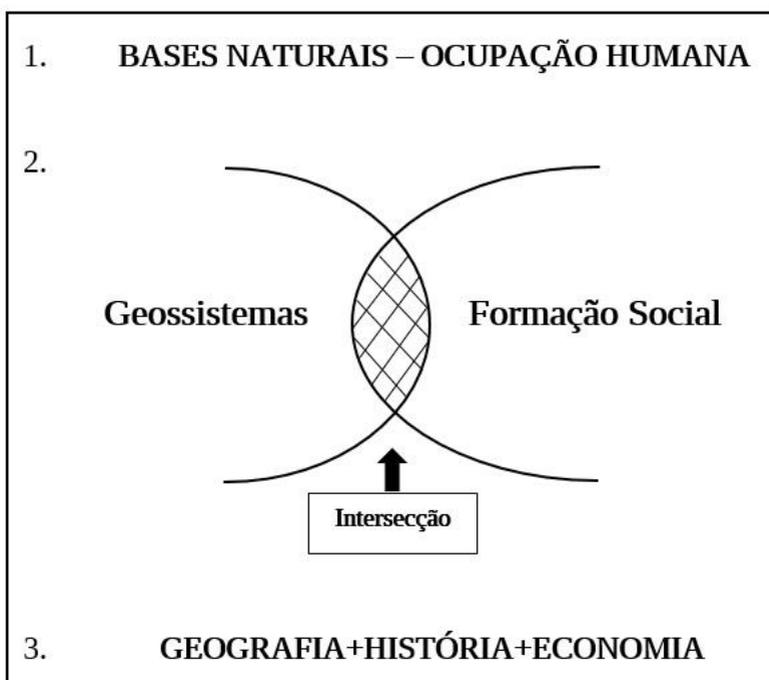
3 FORMAÇÃO SOCIAL E GEOSISTEMAS

Palestrante - Armen Mamigonian

Eu quero dizer, em primeiro lugar, o meu agradecimento pelo convite feito pelos colegas aqui da Faculdade. Agradeço as palavras bondosas, carinhosas, da Graciana. Agradeço a presença de tantos amigos, colegas daqui desta escola, como da Universidade Federal de Santa Catarina. Agradeço a presença de alunos do mestrado, antigos e novos, colegas do magistério secundário que frequentemente participam da Semana da Geografia da UFSC. Dos alunos aqui da escola, do curso de graduação de Geografia, dos professores daqui que abriram mão de suas aulas para que este encontro se realizasse. Eu gostaria de dizer que me sinto honrado com a presença do Lobato nesta mesa. Acho que é uma maneira de repetir, renovar a experiência, as experiências que já aconteceram em outros tempos na Geografia em que as pessoas, civilizadamente, educadamente, colocavam seus pontos de vista sobre um assunto de interesse comum, no caso do interesse comum do Lobato, eu e certamente de muitos de vocês. Eu acho que é uma oportunidade para expor ideias e debate-las. Gostaria que após essas duas exposições, nós tivéssemos a oportunidade de trocar opiniões, colocar divergências, dúvidas, perguntas, críticas.

Eu sei, por exemplo, que do Amapá com certeza vai partir alguma coisa, vai partir quem sabe alguma coisa para esquentar o ambiente, o que é sempre muito útil. Pois bem, eu gostaria de assinalar também, começando a exposição.

QUADRO II



Havia, como vocês sabem, na tradição da Geografia, ao trabalhar esse conceito tão fundamental para a Geografia que é o conceito de região, sobretudo para a geografia francesa, a preocupação de focar, sobretudo as relações entre as condições naturais, as condições do meio ambiente e a ocupação humana. As atividades humanas exercidas num determinado espaço frequentemente delimitado por condições naturais. Não só o Lobato, quanto tantos outros geógrafos chamaram a atenção de como esta visão teve uma importância tão grande nas colocações da Geografia.

Ora, eu gostaria de dizer que este enfoque, portanto, de bases naturais acompanhadas de ocupação humana, que frequentemente foi abandonada, eu creio que é uma visão que precisa ser enriquecida, precisa ser retomada, frequentemente abandonada, repetindo. Eu acho que esta visão, esta relação não foi esgotada suficientemente. Há muito ainda o que se fazer por aí e essa tradição geográfica é uma das tradições que tem que ser retomada para que se tenha uma visão da realidade muito mais complexa, muito mais rica. Quer dizer, o abandono dessa visão (bases naturais e ocupação humana), eu acho que é empobrecedor para a Geografia. Eu creio que nessa visão dos estudos regionais faltava, e isso tem que ser acrescentado para

que a gente estabeleça uma relação de dois pares: um par com outros dois componentes, que hoje se diz com frequência, isto é, a inserção disto a nível mundial e a nível nacional.

Evidentemente como pensar esta relação das bases naturais com a ocupação humana compondo uma região, sem pensar que isso se faz num contexto de uma inserção maior: nacional e mundial. Eu creio que este acréscimo é uma coisa radicalmente enriquecedora para a Geografia, e a Geografia já tem produzido alguma coisa nessa direção que do meu ponto de vista tem permitido resultados mais animadores. Ora, frequentemente, também, outra falta é achar que este binômio, que esta dialética é uma coisa para ser jogada fora, que na minha opinião é uma bobagem. Assim também há outra bobagem que surgiu, digamos, nas últimas duas décadas, por conta de uma Geografia pretensiosamente crítica, mas na minha opinião, uma Geografia na verdade empobrecedora, que é a tendência a separar o que seria Geografia física da Geografia humana de uma maneira muito radical. Evidentemente que são coisas que não são iguais, por certo, mas a Geografia perde em enriquecimento de visão, de análise, de explicação, se não se percebe que ela tem dois grandes paradigmas. É uma coisa que eu repito permanentemente, é uma coisa, digamos que está

ficando chata ouvir de tanta gente: “bom, eu faço geografia humana, não me interessa a física, ou vice-versa”. Isso é empobrecimento, digamos, de uma infantilidade em relação à tradição da Geografia e em relação à riqueza que a Geografia pode proporcionar para o conhecimento da realidade. É uma pobreza digna de pena. Ora, ocorre que na questão regional e na análise regional esta intersecção entre formação espacial e ecossistema tem uma importância muito grande, sobretudo para algumas regiões. Então são esses dois pontos que eu quero colocar como introdução.

Não é possível se pensar em região sem pensa-la inserida nacionalmente, mundialmente, como frequentemente se fazia na Geografia anteriormente. Mas também não tem porque se jogar fora a ideia de que nós temos que ter bases naturais numa região, senão nós estamos empobrecendo a visão da ocupação humana nessa região. Essas duas coisas são fundamentais. Há uma terceira que eu quero me referir já que é, portanto, reparem, é a necessidade da Geografia tomar consciência de que ela por mais importante que seja, e eu creio que ela é, do meu ponto de vista, uma ciência de grande importância não só cultural para a questão do ensino, etc., mas do ponto de vista explicativo, científico que ela deve ter. A Geografia deve trabalhar esta questão da análise

regional, vinculada à formação sócio-espacial de uma maneira que incluía obrigatoriamente a História, coisa que também vai sendo, creio que colocada de lado, quer dizer, como se a Geografia fosse Geografia e não tivesse nada a ver com a História. Não há geografia sem História. Eu diria também, não há uma História séria sem Geografia, como disse, por exemplo, Braudel, que é um, vamos dizer, é um dos “cobras”, um dos grandes intelectuais da Escola dos Anales, e que não foi, digamos, superado por uma porção de “historiadorinhos” que estão perdidos no mundo. Mas a Geografia, igualmente não pode prescindir nessa análise regional, não pode prescindir da Economia.

Ora, ocorre que de História se fazia um pouco, sempre nessa tradição mais antiga que eu estou dizendo ao se trabalhar a ocupação humana. A ocupação humana era também se pensar em termos de povoamento, como é que a área tinha sido conquistada, desbravada, etc., mas, como eu estou dizendo, isso vai sendo meio que abandonado. Isso tem que ser retomado sob a pena da gente empobrecer. Repetindo, a nossa visão do regional, do nacional, do mundial. Mas a Economia é uma coisa um pouco mais grave, porque nós lidamos com conceitos muito pobres, vamos dizer empobrecidos. E ultimamente há uma

tendência de dizer que havia uma dose de economicismo na Geografia: Ah! Porque o economicismo, porque não adianta, e coisas parecidas, assim, meio como eu costumo dizer, meio “maluquetes”. Uns malucos resolvem de repente descobrir que alguma coisa está atrapalhando. Economicismo, isso é bobagem. Ora, sem uma visão econômica do funcionamento da Economia, não há análise regional, não há análise regional que se mantenha de pé para dialogar com os cientistas sociais, historiadores, sociólogos, etc.

Muito bem, essas são as três colocações que me parecem fundamentais para a gente pensar a questão proposta. Sobre essa intersecção, que eu estava dizendo, eu gostaria de dizer duas palavrinhas. Como eu estava dizendo, algumas regiões no mundo, e eu estou pensando regiões, tanto a nível do interior do país, como um país inteiro, como um grande mercado comum, quer dizer, esses blocos continentais que estão acontecendo. Eu estou partindo partindo, de duas visões, como vocês devem estar percebendo. Eu estou partindo do local, do que está acontecendo realmente, e estou partindo, igualmente dessa inserção desse local a nível mundial, e esse local pode ser ampliado, desde a região propriamente dita, ao país, a um bloco do tipo NAFTA, ou mercado comum europeu, coisa parecida.

Pois bem, esta intersecção, voltando a insistir, porque se trata de revalorizar o lado físico da Geografia, ela tem importância para uma série de regiões. No início da ocupação das regiões, mesmo se tomarmos o século XX, não precisamos ir para um passado mais longínquo como o século XVIII e XIX, se não prescindirmos da ideia de ir para um passado muito longínquo, uma das constantes de intersecção é a base fitogeográfica de uma determinada área. Ora uma coisa tão evidente, que é como eu diria lamentável que muita gente esteja se esquecendo destas evidências, quer dizer, esse mapa que fez o Aziz Ab'Saber. Como é que ele chama? Qual o nome mesmo que ele deu pegando a América do Sul, pegando o Brasil, unidades morfoclimáticas? Unidades morfoclimáticas. Isto é uma coisa fundamental para se pensar unidades regionais, evidentemente como ainda existem em uma proporção muito maior que a gente imagina, - as unidades regionais ligadas a uma base natural muito forte.

Ora, no caso de Santa Catarina, até recentemente, numa certa medida, até os dias de hoje, a ocupação correspondente, e podemos estender isso para o sul do Brasil e numa outra visão estender para o Brasil todo, a ocupação se deu em função, como vocês sabem, de áreas de campos a partir de São Paulo, as áreas

de campos no Paraná, Santa Catarina, no Rio Grande do Sul. Essas áreas de campos foram ocupadas a partir da pecuária extensiva de criação de gado bovino. Ora, como esquecer essa evidência? Não é possível. Na verdade, já existiam custos e mais custos. É uma coisa que eu digo que nós na Geografia estamos meio que deixando a Economia, como se não tivesse importância. Corresponde a custos muito mais baixos aproveitar campos, do ponto de vista pecuário, significa levar vantagens comparativas, custos econômicos baixos. Na verdade, quer dizer, tu já tens a base para a alimentação do gado, e conseqüentemente tu já estas operando com custos baixos. Dá mesma forma, evidentemente, que essa pecuária não iria acontecer em áreas de mata. Então nós temos essa vizinhança, como nós sabemos, em áreas de criação de gado, ligadas a uma vegetação de campos ao lado do povoamento de pequenos produtores europeus nas áreas de mata do sul do Brasil, Rio grande do Sul, Santa Catarina, Paraná. Portanto, agricultores da Europa que se estabelecem nas áreas de mata.

Ora, mais isso se repete pelo mundo afora, esta é uma base comum de uma relação entre ocupação humana e condições naturais. Existem condições naturais que não são estas, estas especificamente que estamos falando. Por exemplo, no caso da

Noruega, com certeza que isso teve uma importância muito menor. Ali esteve muito mais presente um litoral que tinha umas tantas características de riqueza, de pesca possível, como em outras regiões semelhantes, como por exemplo, a Islândia. Mas uma área que também tem uma riqueza extraordinária em matéria de pesca, muito recentemente, como é o caso do Chile que se incorporou a uma atividade deste tipo. Nós temos que pensar porque é que algumas áreas aproveitam condições naturais muito precocemente, vamos dizer assim, e outras irão aproveitar essas condições naturais muito tardiamente, como o caso da piscosidade do litoral chileno que hoje é uma coisa extremamente explorada na economia chilena nas últimas duas décadas.

Ora, mas eu digo também que corresponde a outra situação se nós tomarmos as áreas ricas em minério de carvão, como no caso do Ruhr sabidamente em minério de ferro, como no país Basco, na Espanha, ou o minério de ferro na Suécia, ou na área florestal também na Suécia que deu margem a exploração da madeira, a exploração florestal de papel celulose, etc. Ora, que consequências essas coisas podem ter e como eu digo, essas coisas estão mais ou menos marginalizadas na visão dos geógrafos “moderninhos”. Não adianta, eu digo

frequentemente “moderninhos”, mais ordinários. Não resolve nada ser “moderninho” sem um aprofundamento do que se está fazendo. Na Suécia, por exemplo, trabalhando esses quatro casos que eu citei, Suécia, ou Chile, ou norte da Espanha, o país Basco, ou Barcelona, como é que se chama mesmo: a Catalunha. Se nós pegarmos essas quatro áreas, elas são diferentes do ponto de vista natural, mas elas têm uma outra coisa que as torna comum: todas elas desenvolveram desde o século XVI, desde o século XV, na Catalunha, desde o século XV, XVI e XIII, desenvolveram todas elas uma pequena produção mercantil muito sólida. Isto é, os camponeses conseguiam se tornar razoavelmente independentes da estrutura feudal sufocante, correspondente a servidão nos quatro casos que nós estamos citando. Mas vamos voltar um pouquinho a Suécia. Daqui a pouco eu vou fazer a relação entre esses denominadores comuns dessas quatro áreas que estou citando. Imaginem vocês, transportar minério de ferro, transportar madeira, materiais pesados, que eram bases que muito cedo, muito precariamente tornam-se bases de exportação da Suécia, assim como a economia pesqueira, também se torna uma base de exportação da economia norueguesa, assim como a exportação de minério de ferro do país Basco também se tornou uma base de

exportação, diferentemente da Catalunha, que não tinha essas vantagens que nós estamos dizendo ai citando os exemplos dessa história de minério. Pois bem, no caso da Suécia, transportar minério de ferro, madeira, materiais superpesados a distancias relativamente grandes dentro do território sueco, e relativamente mais distantes ainda, considerando o mercado europeu, isto foi uma das causas, com certeza, do desenvolvimento da indústria automobilística de caminhões pesados na Suécia. A Suécia não poderia depender simplesmente de linhas de estradas de ferro que teriam que se multiplicar em número para atender todo o território ligado a minério de ferro rico, ou a essa floresta explorada para exportação. Então, combinando com a ferrovia, muito precocemente teve que ter uma rede de caminhões, uma rede rodoviária muito poderosa, dada a relação entre peso enorme e baixo valor da mercadoria. Conseqüentemente, novamente temos que estar acordados permanentemente para uma análise econômica do regional, portanto, volumes grandes, pesados, de custo proporcionalmente baixos, tendo que ser transportados a grande distância. Isso não podia ser um caminhãozinho. Isso tinha que ser caminhões de grande porte. Por isso mesmo, a Suécia foi o país do mundo, - por favor, vocês assinalem - portanto, a região do mundo que desenvolveu mais

precocemente a indústria de caminhões pesados, porque tinha que desenvolver, assim como comparativamente, Caxias do Sul pela distância em relação ao mercado, para transportar vinhos, madeira, etc. Em relação a São Paulo e ao Rio de Janeiro, e a outros mercados, tinha que desenvolver uma indústria também ligada ao transporte, do tipo Marcopolo e mais todas essas indústrias que operam no setor de transporte.

Semelhantemente, de uma maneira muito semelhante, assim como o Sul do Brasil, novamente juntando o dinamismo da pequena produção mercantil e as mercadorias a serem transportadas a grandes distancias, também foi área pioneira no Brasil a desenvolver um transporte aéreo altamente eficiente e que começou frequentemente, numa escala muito modesta, como foram os aviões da Sadia, que compraram aviões meio “ferro-velho” da segunda guerra mundial. Havia uma distância grande a ser vencida, e mercadorias para se colocar no mercado concorrencial com muita brutalidade de concorrência. Novamente, repetindo, eu insisto, sem uma visão econômica do regional, nada feito.

Ora, por outro lado, nós frequentemente nos esquecemos de que, tanto a História, quanto a Sociologia, quanto a Economia, também trabalha com o regional. E a Economia,

sobretudo, trabalha brutalmente com a chamada economia regional, com análises de estudos regionais, e a Geografia tem obrigação de reconhecer o que está sendo feito por esses colegas, não só por conhecer, como por concordar, completar, criticar, discordar, porque, sem exatamente um cotejamento entre o que está sendo feito por nós e o que está sendo feito por sociólogos, historiadores e economistas, nós não temos condições de ir muito adiante.

Ora, mas qual, repetindo agora, desculpe, nessa história que eu estou insistindo um pouco, mas eu acho que não estou insistindo demais. Qual a grande vantagem teórica da Geografia? A grande vantagem teórica da Geografia é que ela tem uma visão de totalidade do objeto chamado sociedade, e do objeto chamado natureza. E é uma coisa complicada, difícil, exatamente, pela pretensão de ter uma visão abrangente. Mas esta é a nossa herança e não adianta uns tantos geógrafos “moderninhos” acharem que vão fazer Geografia humana que não tenha nada a ver com Economia. Bobagem. Nós temos que ter a capacidade de juntar essas coisas e outras coisas. Eu estou colocando algumas que me parecem fundamentais para a minha análise, mas quando eu estou colocando a Geografia aqui, eu estou colocando a Geografia inteira, com a sua parte física, como

eu estou tentando dizer aqui. Estou colocando a História inteira, História política, econômica, social, cultural, etc.

Esta é uma vantagem que nós não podemos perder de vista, e nós temos que explorar exatamente porque, no que se refere a Geociências, a Geografia tem condições de dialogar, não só de igual para igual com outros cientistas que trabalham com a natureza, mas tem condições de dialogar com uma visão maior, uma visão mais ampla que nos dá maior responsabilidade para interpretar. Da mesma maneira a formação sócio-espacial nos permite dialogar com melhores condições do que outros cientistas que se limitam a especialidades.

Ora, eu estava querendo me referir então, no caso da Economia, ao fato de que os casos que desde 1930 também tem uma visão do regional. O regional é visto, por exemplo, como uma economia que tem uma base de exportação. A região se define como uma base de exportação para fora da região. Quero dizer, uma economia para o seu próprio uso, e uma economia para se colocar fora dela. Como os geógrafos, por exemplo, trabalharam com a ideia de setor, no caso das cidades, setor básico, setor não básico das cidades. Os geógrafos têm tradição ao trabalharem com o conceito de básico e não básico para a economia urbana. Ora, a mesma coisa foi usada pelos

economistas no que se refere às regiões. As regiões tinham uma base de exportação e tinham uma base de produzir para o seu uso interno. Acontece que essas coisas usadas para o consumo interno não tinham a força motor, não tinham a força motor da base exportadora, porque a base exportadora significava uma especialização, e essa especialização significa inserção na economia nacional, na economia mundial. E os estímulos externos, portanto, empurravam a região para frente, ou a incapacidade da região de responder aos estímulos externos, já que o externo era uma concorrência mais ou menos assinada, poderia colocar a região para baixo. Então a ideia, portanto, expressão regional ou decadência regional era analisada em parte por essa relação entre base exportadora, e base de autossuficiência regional, -economia para uso interno da região.

No caso do vale do rio Itajaí, visivelmente a economia de indústrias de tecidos desde o início, foi de base exportadora, e o vale do rio Itajaí tinha uma vasta economia de base regional ligada a uma policultura extremamente diversificada. Uma parte dessa tendência foi explorada em parte pelo pessoal neoliberal, que diz que existiam vantagens, vantagens comparativas regionais diferentes, e que, portanto, o movimento dos fatores econômicos do tipo capital, sobretudo capital e trabalho, essa

modalidade era importante para que as regiões explorassem ao máximo as chamadas vantagens comparativas. Eu pessoalmente digo que nem essa análise, digamos assim, levada estritamente e limitadamente resolve sem se ter como eu estou dizendo desde o começo, uma ideia do que é base sócio-econômica da região. Qual é a formação sócio-espacial? Para exemplificar: essas quatro regiões que eu estava falando antes, Catalunha, área de Bilbao do país Basco, Noruega, Suécia, para tomar esses quatro exemplos, tiveram em comum uma sólida pequena produção mercantil. Todos esses “caras” sempre tiveram fama de serem econômicos, de ter uma forte ideologia para o trabalho. Ideologia do trabalho que, em alguns casos, levou ao protestantismo. Um protestantismo extremamente, digamos assim, desculpe aqui os protestantes que estão presentes, um protestantismo extremamente neurótico, como por exemplo I. Bergman mostra nos filmes dele ao se referir exatamente ao seu país (Suécia). Mas esta base de ideologia do trabalho, de espírito de iniciativa que compõem o mundo cultural de pequena produção mercantil, levou a essas quatro regiões a se desenvolverem consideravelmente. No caso da Espanha, comparemos essas duas regiões: país Basco e Catalunha, com as outras regiões da Espanha. “Jesus!” É uma diferença brutal. Se

nós formos fazer um mapa da indústria espanhola hoje em dia, nós temos um país Basco, a Catalunha e Madri. Madri é uma coisa acrescentada e algumas outras de menor porte, mas essas regiões que tiveram, portanto, uma base de pequena produção mercantil muito sólida é que deslancharam, além, naturalmente, do aglomerado da capital Madri.

Ora, ocorre que a economia do país Basco se baseou como ideia de base exportadora em minério de ferro para a Inglaterra, na medida em que a Inglaterra ao longo do século XIX foi necessitando de quantidades maiores de mineiro de ferro. Assim, como a base exportadora da área da Catalunha foi a manufatura têxtil nascida do artesanato têxtil muito rico na região, como em todas as regiões de pequena produção mercantil. Ora, essa manufatura teve chance de ter um mercado gigantesco que era o Império espanhol. Imaginem vocês a chance da manufatura que surge numa região, nessa área da Catalunha, uma das raras regiões em que a manufatura se desenvolveu mais, em grande parte pela agressividade dessa pequena produção mercantil, desses artesãos, tendo a chance, de ter um mercado altamente favorável no império colonial espanhol? Esta base, tanto no caso do país Basco, quanto no caso da Catalunha, esta base serviu para o desenvolvimento

crescente, porque as bases de pequena produção mercantil significavam a multiplicação dessas atividades de mineração de minério de ferro e de manufatura. Um cara deu certo, um artesão deu certo, outro vai tentar, outro vai tentar e outro também vai tentar. Então eles irão tentar, eles irão tentar e igualmente se tornar capitalistas, donos de manufaturas no lugar de permanecerem apenas como artesãos. A mesma coisa a extração de carvão no país Basco. Igualmente este estimulou outras extrações, outro pequeno produtor que se tornou um pequeno capitalista ligado a extração de minério de ferro foi se metendo e daí se desenvolve nos dois casos um comércio internacional que antes tinha por dinamismo a acumulação comercial, tinha por dinamismo a Inglaterra no caso do país Basco, mas já era de base regional na Catalunha, que explorava o mercado colonial espanhol, e essa se desenvolve em um capital comercial que vai se torando igualmente bastante dinâmico e bastante agressivo. Esse capital comercial, tanto num caso, quanto no outro se desenvolve e se transforma em capital bancário e os grandes bancos espanhóis na sua origem são bancos originários desta região do norte da Espanha, ou na região da Catalunha. Esse sistema bancário vai se meter gradativamente a empreendimentos de maior porte, como no caso do país Basco,

vai se meter em siderurgia, vai se meter em estaleiros navais. Pois bem, tanto numa região quanto outra, hoje evidentemente elas estão desafiadas como todas as regiões que se constituíram a base da primeira revolução industrial, segunda revolução industrial, elas estão desafiadas por uma terceira revolução industrial que significa um redirecionamento, uma reestruturação do processo industrial em algumas regiões. Assim irão sofrendo as consequências negativas sendo desafiadas a reagir, por exemplo: a indústria de construção naval desta área do norte da Espanha sofreu bordoadas fortes pelo crescimento da indústria de construção naval, como no Japão e na Coreia e, no entanto, desapareceu completamente na Inglaterra. Sobre a Inglaterra, duas palavrinhas simplesmente curiosas que eu gostaria de deixar assinalado para mostrar como uma região, eu estou me referindo, repetindo, a Inglaterra como uma região dentro da economia mundial, como uma região como a Inglaterra, extremamente agressiva e dinâmica durante a 1º Revolução Industrial, o que é hoje, do ponto de vista industrial? É quase que um zero à esquerda, isto é, a indústria japonesa que se instala, indústrias automobilísticas ou indústrias de motores de motocicletas na Inglaterra, a indústria japonesa que monta motocicletas na Inglaterra praticamente eliminou todas as

fábricas inglesas de motocicletas. Elas acabaram, desapareceram. Como corriam o risco de desaparecer e perder uma força também violenta na Alemanha ou nos Estados Unidos, países onde a indústria de motocicletas teve como vocês sabem, sempre uma grande importância. Mas na Inglaterra desapareceu completamente o setor inglês de produção de motocicletas. Assim, pode se dizer que desapareceu a indústria automobilística inglesa. As firmas inglesas famosas, badaladas a uns tantos tempos atrás, produzem insignificâncias, e quem domina o setor ou é a indústria americana instalada na Inglaterra do tipo da Ford inglesa, ou são praticamente as japonesas. Eu gostaria exatamente de fazer essa provocação, quem sabe, para nós discutirmos, ou para uma outra ocasião qualquer: são indústrias equivalentes as maquiladoras que existem no norte do México? A indústria japonesa Nissan, por exemplo, na Inglaterra, é praticamente uma maquiladora, que importa, brutalmente as autopeças do exterior. Quer dizer, a política neoliberal que aqui nós estamos falando, a visão neoliberal da região, isto é, a região que deve estar aberta aos jogos dos fatores. Mão-de-obra sai, entra capital, sai, entra, como digamos, como uma parafernália para desenvolvimento econômico, significando, por exemplo, como diziam os neoliberais que

ainda dizem: bom, se existe capital em abundância numa região e mão-de-obra barata na outra é claro que o capital vai migrar para esta região de mão-de-obra abundante e barata. Esta região de mão-de-obra abundante e barata vai provocar o desenvolvimento dessa região.

Portanto, as bases dos raciocínios das diferentes escolas de economia, nós precisamos tratar aqui de ir entendendo, sob pena de nós ficarmos repetindo o que de vez em quando um “economistazinho” aí qualquer, tipo A. Lipietz, e coisas parecidas, vem aí, deitam a falação como se tivesse falando maravilhas, como nessa conversa fiada “pra boi dormir” de fordismo periférico, como um conceito explicativo de maior profundidade que é uma coisa absolutamente falsa, que não explica nada de acumulação que se processa no Brasil. Mas eu gostaria de acrescentar, para não ir muito longe, mais algumas, digamos assim, algumas contribuições dos economistas da análise regional, do tipo, por exemplo, polos de desenvolvimento, que os economistas do tipo F. Perroux e os geógrafos tomaram conhecimento disso, desenvolveram a base da ideia de que o desenvolvimento não acontece igualmente em todos os lugares. Quer dizer, tomando a partir da análise histórica regional o fato de que algumas áreas se desenvolvem

precocemente e outras vão ficando, digamos, mais atrasadas, então, o Perroux desenvolveu a ideia de que o desenvolvimento tinha que se concentrar em algumas regiões, em alguns polos e a partir daí se difundir, a partir daí realizar um processo, digamos, de espraiamento. Eu repito, tanto essa coisa de base de exportação, mesmo a coisa neoliberal, quando fala em custos comparativos, quando fala em custos comparativos como essa coisa do Perroux, todas elas têm coisas a se aprender e a se considerar. Não é para jogar fora a ideia de custos comparativos só porque ela se origina no liberalismo do Adam Smith, que afinal de contas é o pai longínquo desses neoliberais. Não é para jogar fora a questão dos custos comparativos, como de base de exportação, como dessa história de que o desenvolvimento se faz inicialmente em algumas regiões para depois se espraiar, porque numa certa medida é isso aí mesmo. E outras coisas foram se desenvolvendo, do tipo, desenvolvimento desigual e combinado, um pouco na tradição, por exemplo, de G. Myrdal, de centro-periferia, um pouco na tradição da CEPAL e finalmente numa tradição mais marxista de desenvolvimento desigual regional. Desenvolvimento desigual e combinado. Combinado frequentemente, o pessoal usa sem saber direito o que está falando. Mas é um conceito do L. Trotsky, muito

importante a ser mais entendido, mais assimilado e mais aplicado. Ultimamente essas coisas também são colocadas por economistas, mas não só economistas, como se vê essa coisa de desenvolvimento regional, local, territorializado, que é essa coisa que, por exemplo, fala o M. Storper, ou o outro amigo do Storper, aquele da teoria da regulação: que a região tem que ter estímulos endógenos, o que está acontecendo dentro dela, quais os mecanismos de dentro dela que estão correndo para reativá-la ou continuar a mantê-la dinâmica, porque nessas visões de antes evidente que está um grande panorama de divisão internacional, de divisão nacional, de divisão regional, de divisão mundial do trabalho. Evidentemente aqui já está uma ênfase no que está acontecendo no interior da região, daí essa fascinação que os caras têm, por exemplo, por Santa Catarina, ou norte do Rio grande do Sul, Joinville, Jaraguá e Vale do Itajaí e Caxias. Tanto aqui no Brasil, não só os estrangeiros por exemplo, o Antônio Barros de Castro, toda essa “raça” que mexe com essa coisa regional fica deslumbrada em tentar decifrar o que são essas regiões que tem uma espécie de dinamismo próprio. E aqui então se diz, bom, essas regiões tem que usar ao máximo os seus recursos internos, não precisam ficar, digamos, excessivamente inseridas na divisão regional territorial do

trabalho, se podem produzir, digamos, mais alimentos do que compravam de fora, trata de produzir, digamos, mais alimentos do que compravam de fora, tratar de produzir internamente, além de ter a sua própria base de exportação, a sua própria participação na divisão regional, nacional, regional internacional do trabalho, também desenvolver ao máximo as suas potencialidades um pouco e aí então essa ideia de flexibilidade da economia regional que é herdada no gerenciamento capitalista japonês.

Eu gostaria de acrescentar que tem muito a ver com uma coisa que o I. Rangel, eu não poderia deixar de falar dele, na verdade, se não fica chato. Uma coisa que o Rangel tem dito há mil anos: quais são as capacidades ociosas existentes e as regiões tem também capacidades ociosas, como aproveitá-las? É isso que os caras falam quando estão querendo desenvolver essa tal teoria de economia local, essa coisa local territorializada, como eles dizem; essa coisa não está completamente desterritorializada como alguns, digamos geógrafos e sociólogos dizem. Por exemplo, o nosso amigo Otavio Ianni, naquela mesa tempos atrás: está tudo desterritorializado, esse troço de espaço já acabou e não sei o que, e coisas parecidas. Umas maluquices, naturalmente desse tipo. O Ianni tem o direito de falar

maluquices, afinal de contas ele tem fama e quem tem fama deita na cama. Não é verdade? Então tudo bem. Bem, ele está usando o direito dele de deitar na cama. Então os caras insistem sobre essa base territorializada.

Pois bem, eu gostaria de encerrar dizendo mais duas palavrinhas da seguinte ordem. Qualquer interpretação do regional vai depender da visão de mundo, da visão de sociedade do pesquisador. Então, se nós fizermos uma análise sobre a Coreia do Sul, esse fenômeno extraordinário que está aí, se nós fizermos uma análise de Santa Catarina, um outro fenômeno extraordinário que está aqui; nós vivemos num estado que é extraordinário do ponto de vista econômico como nós sabemos hoje, claramente. Há tempos atrás, coisa de 30 anos atrás, os catarinenses tinham um complexo de inferioridade brutal em relação aos gaúchos e aos paranaenses. Isto aqui era uma espécie de zona de passagem. Bobagem. Santa Catarina já era mais dinâmica há 30 anos atrás do que Rio Grande, do que o Paraná. Então essas coisas, repetindo, extraordinárias, tanto a decifração de Santa Catarina, ou a decifração da Coreia do Sul, onde regiões dentro de Santa Catarina, por exemplo, o planalto de Lages, seja essa área de colonização alemã, ou a área em que o carvão está decadente, mas a economia de vestuário está em pleno vapor, a

decifração disso sempre vai ser feita de maneira diferente, conforme o enfoque. E eu chamo de enfoque uma visão de mundo que os pesquisadores tem. Por exemplo, os neoliberais vão dizer: olha a Coreia está indo bem, a coreia é uma maravilha por que é uma economia aberta. Reparem lá nas taxas de exportação e nas taxas de importação da economia coreana; entra mercadorias a “dar com o pau” na Coreia, saem mercadorias a “dar com o pau” na Coreia. Os capitais entram na Coreia a um livre jogo de capitais, a um livre jogo de mercadorias. Entram e saem mercadorias partindo, por exemplo, do fato de que Hong Kong é uma típica plataforma de exportação. São bilhões de dólares a entrar e sair de Hong Kong permanentemente. Então os neoliberais vão puxar a brasa para a sardinha deles e vão interpretar desse jeito.

A mesma coisa pode ser feita a respeito de Santa Catarina com a maior tranquilidade. Os neoliberais vão dar uma ênfase sobre a possibilidade de capitais entrarem aqui em Santa Catarina com a maior tranquilidade. Quantas pessoas imaginam, e falam que: “bom, nós precisamos de que a General Motors se estabeleça ou a Ford e não sei mais o que, e coisas parecidas. Não é verdade? Por outro lado, uma visão de tipo centro-periferia cepalina vai dar ênfase a outra visão, como por exemplo

o Chico de Oliveira, como eu digo frequentemente pega o sul do Brasil e diz: O sul do Brasil é igual ao nordeste, é uma periferia de São Paulo. É uma maneira extremamente simplificadora de analisar o sul do Brasil. Empobrecedora, simplificadora e falseadora, isto é, não se explica porque é que a partir de capitais próprios, locais, regionais, do Estado de Santa Catarina, esse Estado cresce mais que o centro do sistema (São Paulo) e pode ter uma visão de tipo de economia política marxista de fazer uma análise a partir da formação social? Qual é a base de relações de trabalho e propriedade na época do povoamento? Como essas coisas se transformam em capitalismo? Que tipo de capitalismo, que tipo de concorrência dentro do mercado nacional? De que maneira o Estado alavancou? Por exemplo, na Coreia do Sul, o Estado teve um papel gigantesco em alavancar grupos do tipo Samsung, Golden Star ou no caso de Santa Catarina, o governo do estado propiciou, por exemplo, através dos fundos de financiamento de alimentos baratos, propiciou o alavancamento dessas empresas. Por exemplo, o nosso amigo A. Fontana foi precisar do Nereu Ramos para que a Sadia pudesse ser transformada numa empresa que transportasse passageiros, que transportasse o que quer que fosse com igualdade de condições com as outras e recebesse naturalmente benefícios de

empréstimos vantajosos, ou que o grupo aqui, esse grupo aqui de Florianópolis (Portobello), através do seu tio, através do Konder Reis recebesse recursos privilegiados, contatos com a Inglaterra para comprar equipamentos altamente sofisticados na refinação de cana de açúcar e coisas parecidas, assim por diante...

Quer dizer, uma base que coloque o Estado com o papel verdadeiro de alavancador, quando é um Estado de bases feudais, por exemplo, como é o caso da Argentina feudal-agroexportador, como é o caso da Argentina, quer dizer, que é um fator de destruição da indústria Argentina, como aconteceu com os milicos argentinos Videla e Cia Ltda., responsáveis pela destruição da indústria argentina, ligados a economistas naturalmente conhecidos como Martínez de Hoz equivalente a Pécio Arida e Lara Rezende; Nossa! Uns caras que estão metidos frequentemente no mercado financeiro e costumam sair dos seus empregos com recursos, parece suficiente para viver bem o resto da vida vendendo naturalmente para os interessados parcelas da soberania nacional de interesse popular e assim por diante. Quer dizer, pode se fazer desde uma análise neoliberal que diga, ora, a Coreia se expandiu porque lá é capital japonês, é capital americano, porque lá tem livre liberdade das

mercadorias saírem, entrarem e, os capitais saírem e entrarem. O que também tem uma parcela de veracidade, mas que frequentemente é destorcido no sentido de puxar a brasa para a sua sardinha. Eu finalizaria fazendo, digamos, um mapa da região de São Paulo, a industrialização de São Paulo, mas leva algum tempo, então vou deixar um espaço para as conversas.

Obrigado.

4 DEBATE

Maria Graciana E. de Deus Vieira

Agradecendo ao professor Lobato e o professor Armen. Eu gostaria de agora abrir os debates.

Pergunta nº 1

Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira

Eu queria fazer inicialmente uma pergunta para o professor Lobato e, até aproveitando uma oportunidade de repetir uma conversa que, acho que não aconteceu na reunião de julho, de julho não, perdoem-me, de setembro, se não me engano, lá em São Paulo, numa mesa redonda na qual nós dois tivemos a oportunidade de participar juntos. E naquela ocasião também se falava e, o tema era outro não é, tratava-se das expectativas da Geografia para o século XXI e foram apontadas apenas algumas perspectivas em termos dessas possibilidades de se trabalhar com paradigmas, digamos assim, emergentes na Geografia, emergentes não, já estão aí e de uma certa forma não estão sendo considerados, não estão sendo aprofundados, que são os paradigmas de formação sócio-espacial e o paradigma de geossistemas. E naquela oportunidade se falou numa aparente orfandade do paradigma. Então, professor Lobato eu gostaria

que o senhor repetisse um pouco disso na sua própria fala, hoje o senhor lembra o artigo do professor Milton Santos da metade da década de 70, portanto, tem 20 anos praticamente que essa questão do paradigma de formação sócio-espacial foi colocado; por outro lado, temos numa conversa recente, numa reunião num Congresso na USP, em que se fala em orfandade de paradigmas na Geografia e eu queria ouvir então o que lhe parece quais são as conclusões que o senhor tira disso. Então se existe esses paradigmas porque eles são tão esquecidos e há tão poucos geógrafos dispostos a trabalhar com eles, quando me parece, juntando um pouco com a fala do professor Armen, que são exatamente esses dois paradigmas que resgatam uma possibilidade de nós retomarmos uma tradição da geografia clássica, entendendo a realidade como uma totalidade.

Palestrante Roberto Lobato A. Corrêa

Bom Raquel, no meu entender eu não vejo como que haja uma orfandade da Geografia em termos de paradigmas. Primeiramente eu colocaria, você está falando da Geografia brasileira ou da Geografia do mundo inteiro como um todo? Porque, penso que há alguns paradigmas sendo matrizes teórico-conceituais-epistemológicas, visões de um mundo através do

qual se faz a Geografia. De um lado há um paradigma fundado no materialismo histórico e dialético que vai se traduzir no conceito ou meta-conceito de formação sócio-espacial para o qual o professor Milton Santos tem uma contribuição fundamental, mas também há outros paradigmas. Há paradigmas que muitos geógrafos adotam e que talvez não tenham um meta-conceito claramente explicado como no caso da formação sócio-espacial. Mas, há uma tendência muito grande na geografia francesa como na de língua anglo-saxônica de se adotar uma visão não marxista, não fundada no materialismo histórico, na dialética e que, portanto, não vai trabalhar com meta-conceito de formação sócio-espacial naturalmente, e que se funda numa crítica a esse marxismo e que faz colocar em evidência, a ideia de que os paradigmas a emergirem teriam como base uma negação das diversas determinações. Paradigma que adiante a contingência ou ocasião como sendo elementos explicativos da dinâmica social, o acaso a contingência. Ora, o paradigma geral das ciências sociais, denominada teoria da complexidade, que cada vez mais aparece como paradigma crítico ao marxismo e que tem a ver com essa crítica e essa tentativa de dizer: “o marxismo já morreu, é então preciso pensar em outros paradigmas o mais alto ainda”, e aparece toda essa tentativa que

é nesse sentido, não herdeira do iluminismo diretamente, mas herdeira do romantismo e que tem como base toda a postura de não aceitar determinação, e aceitar a contingência, aceitar o valor aos sentidos, a intuição a percepção. Não percepção positivista é, mas um outro tipo de percepção e análise do simbólico, dos sentimentos. Ora, isso vai se traduzir numa geografia humanista que tenta resgatar a fenomenologia, ou que tenta fazer uma leitura geográfica a partir das considerações de Sartre sobre o existencialismo. Então existe essa geografia em que em parte é um pouco da geografia cultural renovada. Claro que isso no Brasil chega marginalmente, no sentido de que nós não temos, quer dizer, condições de absorção e muito menos de difusão desses paradigmas, ou da possibilidade de criar meta-conceitos equivalentes ao da formação sócio-espacial do Milton Santos com a expressão de uma base epistemológica materialista e histórica. Quer dizer, para essa geografia humanista há necessidade de se criar seus próprios conceitos, talvez numa outra concepção o conceito de lugar, talvez seja um meta-conceito, já que o conceito de lugar tem sido submetido a um enorme debate no sentido de ele ser um meta-conceito extremamente poderoso para se fazer a geografia fundada na contingência, na intuição, na afetividade. Portanto, fora do que

seria mais explicitamente, fora da materialidade. Isso no Brasil é muito marginal. Há poucos geógrafos que trabalham com isso, mas há periódicos criados, há linhas de corrente, há correntes de pensamento que trabalham com bastante vigor.

A outra coisa que você coloca Raquel, é porque que o paradigma teoria e método, como diz o Milton Santos, da formação sócio-espacial não tem sido adotado. Me parece efetivamente que ela é de fundamental importância enquanto paradigma, enquanto visão de mundo, enquanto meta-conceito a partir do qual a gente lê o espaço, o tempo e a sociedade, porque, primeiramente, penso eu, por uma adoção superficial do marxismo sem que houvesse a possibilidade qualquer que sejam as razões de ser ir a fundo, ir a fundo na teoria marxista e sobretudo estabelecer um nexos com a Geografia. O que significou quando o marxismo foi introduzido na Geografia tradicional?

Segundo lugar, houve uma tentativa de quase que apologeticamente falar das propriedades do pensamento marxista e muito pouco avançar numa geografia de fundamentação marxista. A proposta do Milton Santos é de fundamental importância. Essa teria sido uma das razões porque o paradigma não foi plenamente adotado, apesar de suas origens

serem da metade da década de 70, portanto, há 20 anos. A outra razão é porque independe da superficialidade que o marxismo foi absorvido. Independente disso, o paradigma para ser efetivamente incorporado, aceito e aprofundado ele precisa se desdobrar em categorias de análise que deem conta dele. Porque os paradigmas de um modo geral enquanto tais por serem meta-conceitos, por serem grandes visões de mundo, eles fornecem um quadro de referência macro a partir do qual nós podemos fazer a leitura da realidade, do seu movimento. Mas eles precisam ser analiticamente trabalhados para isso. O Milton tem uma proposta, que é a proposta do espaço. Na verdade, a proposta da formação sócio-espacial tem-se como categoria de análise e as categorias que ele coloca: estrutura, processo, função e forma, que seria a possibilidade de você sair do meta-conceito do paradigma e entrar na análise do empírico, do empírico interpretado à luz de um paradigma da teoria crítica. Então, o que eu penso, de um lado é isso. Sobre o assunto, eu penso que um paradigma para que ele possa evidentemente ser absorvido, formado por praticidade por aqueles que fazem efetivamente pesquisas geográficas, ele precisa sair de seu nível de meta-conceito e passar ao nível do conceito operativo, que é um mecanismo difícil que você não tem garantias a priori de que

you will work with those concepts derived in your theoretical construction of the meta-concept and, that you run the risk, inclusive of slipping by the banal treatment of the key concept. Admitting that he does, be derived from the meta-concept formation socio-spatial, but that at the time of operationalizing you slip and ends up treating as he was treated traditionally, I think that in this sense it is a question of much debate, much reflection, much reading, much attempt, without doubt none for constructing and becoming operationalizable at the level of empirical research this vision of the world, these paradigms. And I believe that there is much to be done.

Palestrante - Armen Mamigonian

Formation socio-spatial I believe that was a leap of paradigmatic magnitude for human geography. But we, in Geography, already lived a dramatic theoretical separation between physical geography and human geography. And, on the other hand, this same dissociation part of a tendency of social division of labor that is a tendency that runs the risk of limiting the intellectual to a very poor vision, without the capacity to see the whole, this same

tendência provocou também, dentro da Geografia, uma preocupação por entender o espaço como objeto da Geografia, que eu acho que é também uma grande perda de tempo, um grande desvio do objeto. Porque na verdade, o objeto da Geografia é a sociedade e a natureza. Os dois, e não simplesmente a relação entre os dois. Não se trata de também de limitar a Geografia na relação entre sociedade e natureza. Ora, no processo desta eleição de ereção como objeto da Geografia o espaço, se fez uma perda terrível e que continua a levar a Geografia a uma permanente derrapagem. A Geografia está muito atolada nessa história. Eu não creio que se decifre esse espaço, a não ser considerando ele uma organização espacial, e considerando a formação social como abrangente, afinal formação social são relações de produção, relações de trabalho, relações sociais, relações políticas, relações ideológicas. Então, de repente um cara aí, meio que digamos, da raça dos colonizados, da raça dos colonizados mentais, descobre que vai fazer uma geografia do tipo percepção do espaço. Ora isto é visivelmente parte da ideologia. E a ideologia é componente da formação social. Como entender ideologia sem entender formação social? De repente alguém trabalha com percepção do espaço e coisas parecidas, mas como se fosse uma coisa que

nunca a geografia deveria ter feito, nunca fez, e coisas parecidas. Ora, eu creio que as raízes teóricas da falta de decolagem do paradigma de formação sócio-espacial são essas: as faltas teóricas e entender formação social basicamente como sinônimo de espaço. E o objeto da Geografia aqui é o espaço. Eu creio que não, o objeto da Geografia é a sociedade, o objeto da Geografia é a natureza e não simplesmente a intersecção entre as duas. Portanto este é um ponto e dentro dessa visão, então a Economia não tem muito a ver com a Geografia, a socialização também não tem muito a ver com e essas coisas parecidas? Este é o grande problema. Ora, um outro grande problema ligado a não decolar esse paradigma esteve no que o Roberto disse aqui sem aprofundar o suficiente para o meu gosto. Isto é, esse marxismo e essa geografia não se interpenetraram. O que há de se explorar na geografia, o que há de se explorar no marxismo, quais os denominadores comuns, qual é a contribuição do marxismo, qual é a contribuição da geografia, portanto, essa falta de aprofundamento, como ele disse bem, e por exemplo, renda-trabalho, e o pessoal fala de renda absoluta, renda diferencial, renda isso e aquilo sem fazer o menor esforço para aplicar seriamente isso no que se refere, por exemplo na agricultura. Não é possível, isso é o absurdo do absurdo, usar a torta e a

direita renda diferencial, renda absoluta, renda isso, renda aquilo sem nenhum esforço para concretizar isso numa análise da agricultura ou frequentemente numa análise do espaço urbano. Os caras não se dão ao trabalho de tentar quantificar o que significam essas diferenças em termos de preços. Ora porque essas diferenças vão ter uma significação nos preços cobrados, vão ter reflexos nas mercadorias, evidentemente produzidas. Seja um prédio, seja a produção de soja, nenhum esforço para aprofundar. E essas duas coisas que eu estou dizendo tem ligação com uma terceira que na minha opinião é a mais crucial: é a falta de compromisso dos chamados marxistas, a falta de compromisso social, a falta de compromisso com a realidade concreta, a falta de compromisso com a luta de classes. Então, estes marxistas, na medida que entraram por causa de uma onda, quer dizer, entraram como se fossem a um baile de debutantes, saem tão alegremente, quando sai uma moça que acaba de debutar e que fez um sucesso no seu baile de debutantes. Entram e soam alegremente com a alegria dos ingênuos inocentes. Só que nem a ingenuidade, nem a inocência são características da maior parte desses marxistas, ou ex-marxistas, ou coisa parecida. Quer dizer, que pela ausência de compromissos sociais

jamais correram algum risco por conta das suas posturas. Então esse marxismo é fácil. Eu acho isso.

Pergunta nº 2

A minha pergunta é para o professor Lobato. Com a crise da Geografia da década de 70, devido ao fato da Geografia não dar mais conta do seu objeto muitos estudiosos recorreram a Marx para solucionar o problema da Geografia e, autores como Milton Santos, Yves Lacoste, são questionados nesse momento. Então, gostaria que o senhor falasse o porquê disso, de recorrer a Marx para explicar essa crise e gostaria também a sua opinião sobre o que Foucault poderia ajudar na formação do espaço social, sócio-espacial. Com a crise da Geografia, muitos geógrafos querem que Marx de conta do objeto da Geografia, e num segundo momento, se Foucault daria conta melhor dessa crise, por que todo mundo quer explicar a geografia a partir de Marx. Foucault não tem uma certa importância na formação sócio-espacial?

Pergunta nº 3

A minha pergunta é para o professor Armen, no que diz respeito a formação sócio-espacial que o senhor coloca que ela

em si não contempla essa interação que se busca entre geografia física e humana. Bom, eu creio que a formação sócio-espacial da conta disso que o senhor acabou de separar agora pouco: sociedade e natureza. Primeira pergunta: Qual o conceito que o senhor tem de natureza e se essa formação sócio-espacial não contemplaria o geossistema, desde que ela abrange todos os outros, no caso os conceitos operativos que o professor Lobato colocou.

Pergunta nº 4

Eu fiquei atento nas duas falas, mas gostaria de dizer que como em boa parte da concepção do entendimento da crítica que o homem faz, penso eu que realmente a geografia crítica marxista foi para outro extremo, e creio também que este seja seu grande pecado exatamente por não considerar o aspecto físico na sua análise. Penso também que a questão ambiental, a questão ecológica, está exigindo cada vez mais do profissional, uma visão dos físicos para se fazer uma análise nessa crise geográfica. Eu perguntaria, partindo desta concepção se a geografia especialmente no Brasil está se encontrando ou reencontrando, ou se perdendo por essas divisões?

Pergunta nº 5

Eu tenho para mim que o paradigma de formação sócio-espacial, essa proposta teórica que foi explicitada pelo professor Milton Santos, no momento que ela foi explicitada já existia um debate, não só nacional, quanto internacional, à utilização do próprio paradigma. Tanto que se sente, e o que eu quero chegar é o seguinte. Acho que a formação sócio-espacial não é um paradigma específico da Geografia. Na verdade, ele é um paradigma que pode contribuir e dar, na verdade, a passagem do debate entre todas as áreas do conhecimento que se preocupam com a sociedade. O que eu acho que a Geografia pode contribuir é no aprofundamento desse debate trazendo, na verdade, mais elementos que se percebem as diferentes dinâmicas regionais, nacionais, continentais, etc., em diferentes escalas. Uma coisa quanto ao professor Milton, que eu acho que foi extremamente importante a explicitação teórica, mas o debate e a utilização da formação social já existiam e também já existia na própria geografia brasileira, se a gente acompanhar, por exemplo, o debate mesmo dentro da AGB onde existiam geógrafos como o prof. Manoel Correia de Andrade que tinha como uma de suas

matrizes a formação social, como o Caio Prado Jr dentro do debate sobre a formação social brasileira. E a gente tem também o professor Armen que nessa fase anterior a explicitação teórica do paradigma, já trabalhava também com formação social e tendo, na verdade, como uma grande importância junto a explicitação do modo de produção. Daí essa questão da pequena produção mercantil no entendimento da diferença e da dinâmica no desenvolvimento das variadas regiões, seja a nível nacional ou mundial.

Bom, só mais um ponto que eu acho importante em que o professor Armen explicitou, é a preocupação que eu tenho com esse aprofundamento que, de alguma forma, está se dando continuidade nesse debate, um debate um pouco interrompido em algumas ocasiões, mas eu acho que está sendo retomado, que é a preocupação com essa história do objeto da Geografia, que é o espaço, é a sociedade e a natureza. O empobrecimento do debate vem reforçar exatamente que o objeto da Geografia é o espaço. Então nós vamos cair, na verdade, numa preocupação em explicar a sociedade e sua dinâmica mais para explicar a organização do espaço, ou para explicar a valorização do espaço. Existe de uma certa forma, uma inversão da importância dos

próprios conceitos. Mais ou menos isso. Eu gostaria também que isso fosse comentado.

Palestrante - Armen Mamigonian

Estamos encerrando. Bom, aproveitem enquanto está quente.

Palestrante - Roberto Lobato A. Corrêa

Eu vou colocar aqui algumas observações e algumas respostas as colocações feitas. Se eu entendi bem a primeira questão, porque recorrer a Marx para se fazer uma geografia crítica complementando e não a Foucault, por exemplo, ou então, qual seria o papel de Foucault como pensador, filósofo para o entendimento do espaço.

Olha, modestamente eu respondo que eu não conheço Foucault. Nunca li nada de Foucault. Eu me reservo o direito de selecionar alguns autores que eu vejo que sejam pertinentes para meus interesses na Geografia. No fundo, todos nós fazemos isso. Não quero dizer que Foucault não possa ter uma contribuição. Há alguns estudos, inclusive feito por geógrafos brasileiros discutindo a obra de Foucault. Pode ser que algum dia eu me veja motivado para isso. E digo que isso é uma postura muito

corrente no mundo acadêmico. Ou você se dedica especificamente a epistemologia do mundo acadêmico, ou você se dedica a epistemologia da Geografia. Aí você tem que cumprir uma linha de bases epistemológicas e filosóficas para dar conta de seus interesses, ou se dedicar a outras áreas e você ter algumas seleções cujo você considera como base para a organização do seu pensamento. Foucault até agora, talvez lamentavelmente, não tem sido parte dos meus interesses.

Mas porque recorrer a Marx para estabelecer uma geografia crítica? Para explicar a crise da Geografia? Ora recorre-se a Marx para explicar qualquer crise àquelas pessoas que partem do pressuposto de que as crises sejam parte do processo social, sejam expressões de contradições que se materializaram, que ganharam força, que se eclodiram, materializaram e que vai dar início a um processo de superação. Se a sua crença é de que a crise é exatamente o momento do embate entre o novo e o velho, entre tese e antítese, se você acredita, se a gente tem essa crença, entende a crise como sendo um embate entre o velho e o novo, entre a tese e a antítese, quer dizer, a crise como sendo um momento de superação de alguma coisa em relação a alguma coisa e caminhar a outro lugar, a outra direção, evidentemente, o pensamento desse tipo é Marx que vai

fornecer, pelo menos uma base epistemológica para entender a natureza da crise, a crise como expressão de contradições, como o motor do processo de transformação ela é parte imanente do processo de transformação. Se você acha que o processo de transformação é fundado deste modo, se você organiza e aceita uma base materialista e histórica fundada no marxismo para entender a realidade e seu movimento de transformação que passa necessariamente por crises, - que é o nome da eclosão de contradições - então vai se recorrer a Marx. Efetivamente, se você admite que isso tenha outras raízes, seguramente vai recorrer a outros autores, a outras bases. Então, a procura de Marx, a continuidade da procura de Marx como uma fonte privilegiada de matrizes teóricas para se pensar a realidade vai depender do nosso ponto de partida em relação ao qual nós entendemos a realidade. Eu vou dizer com toda a franqueza uma coisa: a minha formação básica não foi marxista. Eu só fui ler Marx e ainda não acabei de ler e nunca acabarei de ler Marx, porque é sempre uma coisa para ser lida e estudada. Eu comecei a ler Marx com 35 anos de idade e foi um processo árduo, um processo lento e a minha chegada a isso foi já num certo nível de maturidade, tendo quinze anos de vida profissional, e acho que ainda pode fornecer uma base sólida para o entendimento de

determinados processos sociais. O que não quer dizer que eu me sinta absolutamente seguro no marxismo. Isto se você me bombardear com algumas questões teóricas eu vou dizer: olha, pare com isso porque não dá para mim discutir isso, mas isso não quer dizer que eu não tenha alguns princípios básicos do marxismo e que os use no complemento de compreensão da análise da realidade. Essa é uma questão que eu estou colocando. A outra que foi colocada a respeito da formação sócio-espacial, por ser espacial ela tem que necessariamente incluir a natureza natural, biodegradada, ou pouco degradada pelo homem e a segunda natureza, o espaço socialmente produzido, a materialização do trabalho nas formas cristalizadas do espaço. Não é possível você admitir o conceito de formação sócio-espacial descartando a primeira na sua forma quase virgem ou bem degradada e a natureza já transformada pelo trabalho social. A natureza é parte imanente da formação sócio-espacial. Por exemplo, não é possível se entender formação sócio-espacial da Índia, sem conhecer, sem dominar, sem ver o papel fundamental das monções que tem regulado toda a organização sócio-espacial da Índia. Aqueles fluxos regulares constantes de chuvas que no oceano Índico vão para o interior da Ásia e voltam do interior da Ásia para o oceano Índico e que regula os sistemas agrícolas

tradicionais, que regula a época de fartura, a época da fome e que cujo o desequilíbrio causa tragédias na Índia. Não é possível entender a formação sócio-espacial na Índia sem conhecer as monções. Portanto a natureza é parte da formação sócio-espacial. Mas o que eu acho é que se você aprofunda nos mecanismos físico-químicos que regulam o fluxo sazonal das monções e passa a fazer estudos sobre as circulações nas altas camadas, estudando-as com base a fundo na física, se a sua preocupação é essa, você está estudando, penso eu, geossistemas. Então uma coisa é você admitir a natureza como parte integrante da formação sócio-espacial e utilizar informações produzidas pela meteorologia. E outra coisa é você fazer o estudo a fundo com base na tradição da Geografia, considerando a primeira natureza, a segunda natureza. E acho que a formação sócio-espacial por ser espacial, ou seja, por ela estar ancorada na superfície da terra transformada pelo homem, degradada pelo homem, é que o homem estabelece as relações com essa natureza e essa natureza lhes fornece, ou já forneceu certas bases materiais a partir dos quais aquela formação social pode fluir com uma certa direção. Não tenho dúvida em relação a isso. Mas há que se separar, ao meu entender, a importância das monções como parte integrante do entendimento da

sociedade e do processo de formação da Índia e os mecanismos físico-químicos para entender as circulações das altas camadas.

A geografia marxista como ela está no Brasil? Não resta a menor dúvida que houve um esmorecimento das análises marxistas na Geografia e de certa maneira uma certa banalização empobrecedora. Quer dizer, no fundo muita gente acaba fazendo uma geografia tradicional, repleta de jargões marxistas: a luta de classes, a mais-valia, a apropriação do excedente, renda de monopólio, renda absoluta, renda diferencial, o que é expressão exatamente dessa absorção superficial no marxismo que tem se verificado nos últimos dois, três, quatro anos e relativos de outros, de outras tendências, de outras bases, para fazer o estudo da Geografia. O que é complicado é que, da mesma maneira que a geografia de base neopositivista, a geografia quantitativa que chegou ao Brasil foi superficialmente absorvida e foi levemente abandonada. A geografia crítica marxista chegou, mas não na mesma proporção e eu não saberia dizer isso, mas penso que tenha sido também superficialmente absorvida, mas, mais divulgada que a geografia quantitativa sem dúvida, mas também não aprofundada.

E aí você coloca uma questão que é a carência de uma tradição neste aspecto acadêmico, de adoção de um determinado

paradigma que você julga como relevante, como importante e uma dedução a esse paradigma. Não quer dizer que você vai ficar preso a ele para sempre que você não pode mudar, mas torna-lo claramente aprofundado e fazer esse esforço de se pensar geograficamente a luz desse paradigma. Quer dizer, existe uma superficialidade com que os conceitos são introduzidos no Brasil. Nem a geografia possibilista francesa foi introduzida no Brasil sem muita discussão, se mais ou menos, eu não saberia dizer comparativamente em relação a geografia crítica e a geografia quantitativa. E aí é um problema que se coloca e vai além da teoria da geografia crítica. Essa pequena absorção, essa pequena dedicação do trabalho naqueles paradigmas que cada um de nós aceita como fundamental. Além do mais, estabeleceu-se uma crítica de que o marxismo já era, o marxismo já morreu, acabou o muro de Berlim, a União Soviética se desmantelou, estamos no fim da história. Esse tipo de bobagens que se diz por aí, de que acabou o marxismo. E se ele acabou aqui no Brasil, na geografia brasileira ele nem se quer foi aprofundado para se ter alguma base para rejeitá-lo. Nós temos numa tendência a ter um comportamento leviano em relação a epistemologia. Vejam bem. Gramsci chegou no Brasil como veio: quatro, cinco, seis anos, foi embora. Quer dizer, eu

acho que nós estamos muito presos aos modismos. Mas um modismo, menos um, não faz muita diferença.

Foi colocado aqui pela Graciana que a formação sócio-espacial é um paradigma que não é exclusivo da Geografia. Eu penso que sim, que a formação sócio econômica é um paradigma das ciências sociais, que adota o materialismo histórico e dialético. Alguns autores, na discussão da década de 70 sobre o conceito de formação sócio-econômica, veem como sendo um conceito que sai de uma abstração real do modo de produção, conceito de modo de produção e que ganha concentricidade histórico-geográfica regional. Só que o pulo que o Milton Santos deu, no meu entender, em que ele explicita é uma formação sócio-espacial porque ele estabelece ou tenta estabelecer metas mais evidentes, articulações mais sólidas da relação sociedade e seu espaço. E quer dizer, esse retrabalhar como conceito mais geral, dando-lhe uma dimensão ou tentando dar-lhe uma dimensão evidentemente espacial, quer dizer, a formação sócio-espacial só existe no espaço e ela vincula-se ao espaço de uma maneira mais explícita. Isso é da Geografia. O que não quer dizer que ela não pode ser utilizada pelas outras ciências.

E finalmente a última questão que foi colocada sobre o que é o objeto da Geografia. Se nós admitirmos a Geografia

como uma ciência social, a Geografia tem como objeto, o objeto da ciência social que é a sociedade. Então o objeto da Geografia é a sociedade, o objeto da Economia é a sociedade, o objeto da Sociologia é a sociedade. Mas existe uma coisa chamada objetivação. O objeto é objetivado diferentemente na Geografia, na Antropologia, na História, na sociologia, ou seja, no meu entender, como é que o universal, o objeto sociedade é particularizado em diferentes disciplinas do saber e é uma possibilidade de você admitir um objeto comum que é estudado por uma objetivação específica que estabelece um nexo universal particular e que permite que nós tenhamos uma leitura positivista da divisão social da academia? Porque temos uma coisa universal, a sociedade universal, que é particularizada, objetivada através de leituras específicas: a organização espacial, a região, a paisagem, o lugar, o território, a cultura, as relações econômicas, as classes sociais como objetivação da sociedade. Parece então que, penso que, a discussão sobre o objeto da Geografia é a mesma coisa pra quem adotar que a Geografia tenha como objeto a natureza e a sociedade, penso que, e eu quero colocar aqui é exatamente o fato de que é necessário ai nessa discussão que se trabalhe simultaneamente com dois conceitos, o objeto e a objetivação, que me parece ser

uma garantia de ter uma divisão social do trabalho acadêmico não positivista, porque articulada através de um conceito, de um objeto universal, a sociedade particularizada através de diferentes campos do saber e não objetos diferentes, que daria uma conotação eminentemente positivista a cada um dos campos do saber. Portanto, eu acho que a questão passa pela introdução do contexto de objetivação como meio de dizer como é que a Geografia vê a sociedade, como é que a Geografia lê a sociedade, como é que a Sociologia lê a sociedade, como é que a Antropologia lê a sociedade, e aí tendo o objeto comum é possível o diálogo através das objetivações específicas daqueles campos do saber que tem em comum o mesmo objeto.

Palestrante - Armen Mamigonian

Quando eu comecei a fazer as minhas pesquisas em Santa Catarina (Brusque e Blumenau), uma das coisas que mais me chamou atenção foi a diferença econômica, cultural, psicológica existente nessas cidades comparativamente às cidades que eu já conhecia. Florianópolis, que eu estava começando a conhecer, São Paulo, Campo Grande onde eu fui criado eu percebi que se tratava de um outro tipo de gente com outras características culturais. O primeiro estalo que eu tive

disso foi quando, para receber umas estatísticas, numa das fábricas de Brusque, na Renaux, o senhor que me levou os dados ao balcão, me trouxe ao balcão os dados com os diferentes anos e os números dos teares, o número de máquinas a fiar, o número de operários em diferentes anos, mas ele percebeu que tinha cometido um lapso e no lugar de no próprio balcão tomar o lápis, riscar o dado, escrever em cima, ele voltou a mesa dele, pegou a borracha, apagou, mas não apagou rapidamente não, como essa coisa que não apaga aí. Isso aqui não é uma coisa germânica (referência ao quadro negro, lousa branca, onde Armen escreveu com pincel azul, tendo dificuldades de apagar posteriormente), esse quadro não é uma coisa germânica, o senhor realmente apagou e escreveu o número que ele queria escrever em cima do número que ele tinha escrito antes e estava errado.

Ora, uma das coisas que eu digo nesses trabalhos é que, portanto, onde quer que fosse, evidentemente, retirando o exagero da afirmação, onde quer que fosse, o lugar onde se estabelece aqueles alemães de Blumenau, de Brusque, fosse, digamos, no Oeste de Santa Catarina, na mesma época, fosse no Paraná, fosse no Rio Grande, basicamente os resultados econômicos sociais seriam os mesmos. De modo que, quando me cobraram porque é que na minha exposição que eu fiz na

AGB, porque é que a geografia física não aparecia? Ela não aparecia porque ela tinha um peso muito pequeno na explicação do fenômeno industrialização de Brusque e Blumenau. Peso muito pequeno. E não é que não aparecesse, aparecia sim. Só que na sua devida importância, numa importância pequena, porque antes disso tinha havido colonização alemã, aqui nos arredores, aqui nos arredores de Florianópolis, Santo Amaro da Imperatriz, etc., e os resultados não tinham sido os mesmos. Havia povoamento açoriano no litoral de Santa Catarina e os resultados não tinham sido os mesmos. Havia povoamento a base das fazendas de gado na área de Lages, São Joaquim, etc., e os resultados estavam muito diferentes desse brutal dinamismo que existia na indústria de Brusque, na indústria de Blumenau, a tal ponto que o pesquisador que analisou na mesma época, início da década de 60 o fenômeno da indústria alemã em Santa Catarina, diz: “as indústrias de Blumenau vão perder velocidade, porque elas são indústrias têxteis, e o têxtil é uma coisa que vai se tornar banal, vai se tornar uma indústria tradicional, que vai perder dinamismo”. Não era a conclusão que eu tinha chegado nos meus trabalhos sobre Brusque e Blumenau. Muito ao contrário, eu assinalava o dinamismo existente na indústria de Brusque e Blumenau porque eu tive a oportunidade de comparar,

por exemplo, com uma cidade têxtil, extremamente dinâmica, localizada em São Paulo, que era um Estado extremamente dinâmico, com a indústria de Sorocaba, e percebia que por mais que a indústria de Sorocaba se modernizasse e ao mesmo tempo liberava mão-de-obra, a indústria de Brusque e de Blumenau igualmente se modernizavam mais rapidamente que a de Sorocaba. E mais rapidamente que a de Sorocaba, ainda absorviam mão-de-obra semelhante a industrialização japonesa que ao avançar rapidamente, comparativamente com a indústria americana, ou a indústria europeia, mecanizando, automatizando, etc., ainda ofereciam mercado de trabalho provavelmente dinâmico para a força de trabalho japonesa. Por bases semelhantes, bases sociais, por exemplo, de paternalismo das relações entre patrões e empregados, paternalismo que se manifestava de uma maneira muito diferente, no começo, depois na evolução do processo, depois, mais recentemente e que se manifesta até hoje. Basta dizer que uma das maiores cooperativas entre as cooperativas, entre todas as cooperativas de Santa Catarina, - nós sabemos que este é um Estado em que as cooperativas tem uma importância muito grande - é a cooperativa de abastecimento dos empregados da indústria Hering. Aliás, todas as indústrias expressivas de Blumenau têm

abastecimento dos empregados. Um paternalismo que continua até hoje semelhante ao paternalismo existente na indústria japonesa. E o rodizio de mão-de-obra feminina das tecelãs, das que trabalham nas máquinas de fiar, que entravam com 17 anos, com 16 anos, 18 anos, e que aos 22, 23 anos eram postas a correr, permaneciam cinco anos trabalhando e eram postas no mercado de casamento, com um dote que tinham acumulado, e que tinham morado em pensões praticamente dentro de Blumenau, como as pensões que existiam organizadas pelos industriais japoneses que usavam o mesmo método de rotação de mão-de-obra. Ora, como analisar um fenômeno desse tipo num canto de mercado como Blumenau e perceber que esse mesmo processo acontecia num outro canto do mundo, absolutamente distante, como o Japão? Porque existiam traços comuns, de via prussiana, de pequena produção mercantil, de concorrência brutal dessa indústria que tinha nascido num mercado já pré-determinado por alguns. Como a indústria de Blumenau iria se expandir sem atacar a indústria de São Paulo, do Rio, do Nordeste? Evidente que ela não teria futuro e por isso mesmo, sem perceber esse dinamismo, esse colega que fez o estudo de Blumenau diz: “bom, a indústria têxtil aqui vai andar devagar”. Não, a indústria têxtil continuou a crescer brutalmente em Blumenau, em

Brusque, em Indaial, etc. E essa é a segunda região têxtil do mundo. Ela se transformou não na maior região têxtil do Brasil, ela se transformou na segunda região têxtil do mundo. Ora, ninguém faz análise de formação sócio-espacial sem trabalhar com as bases naturais, as bases de formação sócio-espacial, da ocupação e do desenvolvimento econômico regional, sem inserir isto aí numa escala nacional e mundial, como tentei dizer na minha exposição. Não se faz, mas se se fizer isto não há explicação mais poderosa, não há explicação mais luminosa dos fenômenos. Porque essa indústria se desdobrou em outras empresas e o capital têxtil não entrou em decadência, ele se conglomerou, como no caso da Hering, e vários outros setores do tipo telecomunicações, do tipo agroindustrial (Ceval), que é a mais poderosa agroindústria existente no Brasil. E as pessoas se não entenderem o que era esse dinamismo, não teriam condições de dizer isto: “é mais dinâmico que não sei o que, é mais dinâmico que não sei o que”. Em outras palavras, se nós na análise regional, não partirmos de dados muito concretos, dados muito objetivos, de responder porque é que algumas regiões entram em decadência, porque a Inglaterra é uma decadência, é um museu industrial, se a gente quiser fazer arqueologia industrial, tem que ir para a Inglaterra? Pô, por que é que se

transformou num museu industrial uma área que era tão dinâmica? Por que é que essas regiões de Santa Catarina são tão dinâmicas? Se nós não respondermos essas perguntas nós estaremos perdendo nosso precioso tempo e o tempo precioso de nossos leitores que dirão: “bom, mais um livro didático fajuto, enganando uns e outros, mais um artigo que não diz nada, enganando uns e outros”. Por isso que eu digo, em compromisso com a verdade, já que a verdade é revolucionária como disse Antônio Gramsci que viveu na pele essa afirmação, e teve que lutar contra chuvas e trovoadas, inclusive dentro do Partido Comunista Italiano, dentro da Internacional Comunista, para impor o seu pensamento sem limites, sem fazer média nem com a Internacional, nem com ninguém, sem esse compromisso de ver a verdade, não adianta nada ficar falando em marxismo, em formação social, em Geografia, em geossistemas ou coisa parecida. Isso só tem, se tiver compromisso social na raiz, na sua vida.

Pois bem, voltando a formação social, ela abrange a natureza como disse aqui o Roberto, mas não abrange todos os processos naturais. O Marx diz, nós vamos ter que trabalhar a História, nós vamos desembocar no futuro, na história, a história será uma ciência. Mas ele diz a história dos homens e a história

da natureza. Porque, se se pensar por acaso essas áreas, algumas que eu estou dizendo aqui, alguns flagrantes para enfatizar, evidentemente que em nossas regiões acontecem processos geomorfológicos, pedológicos, existe uma base geológica nessas áreas, existe um processo erosivo, um processo erosivo natural independentemente da vontade dos homens, e um processo erosivo ligado aos homens. Geossistema, por exemplo, estuda esses processos erosivos, quer naturais, quer ligados aos homens. Isto é o geossistemas. Ao se fazer um estudo dos processos erosivos, isto não é formação sócio-espacial. Mas abrange a formação sócio-espacial, como nós tentamos colocar aqui, porque exatamente se o pequeno produtor produzir, ele é super-explorado, ele não tem condições de manter conservada a natureza, ele é obrigado a explorar recursos que ele não exploraria em sua consciência. Ele não gostaria de desmatar determinadas áreas. Não, ele é frequentemente obrigado, já que ele não tem renda suficiente para se manter. Portanto, a exploração do capital comercial em cima do pequeno produtor, pode acelerar os processos erosivos, sem a menor dúvida. Mas o geossistemas é uma coisa, e a formação sócio-espacial é outra, e são os dois grandes paradigmas indispensáveis para a Geografia avançar. E a geografia tem, para usar a coisa aqui do objeto que

estão cobrando, diferentemente da visão econômica que tem muito de setorial da sociedade, evidentemente, a produção, circulação, a economia, enfim. Como já disse, lá na antiguidade o próprio Aristóteles que foi o primeiro a chamar atenção sobre produção para si próprio, produção para terceiros, portanto, valor de uso e valor de troca, e o Aristóteles era filósofo como nós sabemos, não é verdade. O objeto da Economia é um objeto localizado, o objeto da Sociologia são as classes sociais; com todo o direito de trabalhador com uma escola de sociologia de Chicago sobre a organização do espaço social no interior das cidades americanas, de repente é o objeto da Geografia também.

Mas afinal, qual é o limite da Geografia, qual é o horizonte da Geografia? Eu creio que a Geografia e a História são as ciências sociais, e no caso da Geografia também naturais, que abrangem um conjunto maior do que a Sociologia, ou a Antropologia, ou a Etnografia, ou a Economia, pela sua própria origem. Geografia e história são mais abrangentes. Por isso é que dá para falar de história econômico-social, etc. etc. etc. Mesma coisa para a Geografia.

Ora, se há uma dose, como eu digo, de brutal descompromisso de alguns pesquisadores para com esse marxismo, que academicamente no caso do Brasil já é

razoavelmente antigo, não na Geografia, mas por exemplo na sociedade, na política, então nas ciências sociais da USP. Em São Paulo, praticamente cem por cento dos professores há 20 anos atrás só falavam de forças produtivas e relações de produção, que afinal de contas dizem respeito a Economia, a formação social, e exigem um aprofundamento no que diz respeito as classes sociais, e era como esse papo de renda da terra, renda não sei o que. A raça de sociólogos e esquerdistas, entre aspas, naturalmente, eram relações de produção e forças produtivas, repetindo isso para os pobres alunos que saíam de lá mais ou menos chateados por uma massificação tão brutal. Com toda razão. Ora, não sei como um cara com o Harvey se transformou em geógrafo marxista. Há uma outra explicação, que não é essa moda, que afinal de contas, na Europa, nos Estados Unidos, quantos geógrafos se transformaram em marxistas? Não muitos, muito poucos, diferentemente do Brasil. O Harvey se transformou basicamente a partir do impacto que os Estados Unidos, a sociedade americana e a sociedade europeia, sofreram com a guerra da Coréia, a guerra do Vietnã. A guerra do Vietnã foi uma brutalidade nas cabeças dessas pessoas. Evidentemente, existem raízes pessoais na história do Harvey. Então quando de repente um Foucault começa a

estimular a geografia política e que acham que essa geografia política não deve conter nada de econômico, que é uma outra área, que não precisa ter bases econômicas, sem uma visão de conjunto e sem um compromisso radical com a realidade nós estaremos perdendo tempo. Nós não estaremos decifrando nada, porque também o papel do intelectual é decifrar, seja o intelectual, vamos dizer assim, do nível de Joelson Beting por exemplo, seja um intelectual de maior nível. Outra função evidentemente é ser uma mão-de-obra especializada, profissional. Como é que um cara como o Lara Rezende ou Pécio Arida chegam aonde eles chegaram? Eles têm uma dose de competência no gerenciamento dos ativos financeiros. Afinal de contas eles se especializaram nisso, trabalharam no Unibanco, adquiriram, digamos, traquejo nessas coisas. Existem várias maneiras de servir a Deus e várias maneiras de se servir ao Diabo. Cada um escolhe consciente ou inconscientemente. É claro que uma escolha inconsciente não é uma escolha propriamente dita, quer dizer, na época em que nós vivemos, na pré-história da humanidade como diz o Marx, evidentemente que ter consciência dos processos não é uma coisa fácil. Muito mais fácil os processos levarem de roldão as pessoas do que as pessoas terem consciência do que está acontecendo. Porque os

processos sim precisam ser objetos da Geografia, muito mais do que essa conversa do espaço pra cá, espaço pra lá, essa conversa pra “boi dormir”. Processo, por exemplo, os processos financeiros por acaso não têm uma espacialidade e uma temporalidade específica que não é a mesma dos processos produtivos? Não é o caso. É evidente que no sistema financeiro bancário existente no mercado, por exemplo, o sistema financeiro japonês é um sistema fechado, protegido, por mais pressão que façam os Estados Unidos para a abertura do sistema financeiro japonês, ele não se abre facilmente. Ele não se abre por que esse sistema financeiro é um dos segredos, por exemplo, da lucratividade mais baixa do capitalismo japonês, programa de planejamento de médio e longo prazo. Como ter planejamento de longo e médio prazo, sem um sistema financeiro que de sustentação a uma lucratividade inicialmente mais baixa, e que mais tarde vai se tornar uma lucratividade muito mais gigantesca do seu competidor? Então a tal da instantaneidade das coisas, como uns e outros aí falam sem saber o que estão falando, ouviram o galo cantar, mas não sabem onde, se o galo era português, ou se o galo era francês, ou se o galo era não sei o que. Não é porque os galos, afinal de contas, são símbolos de Portugal, da França, etc. Se esta instantaneidade de fato acontece

até no sistema financeiro mundial, acontece em certas partes geográficas do sistema financeiro. Então, um espaço, um tempo do processo financeiro que não é o mesmo do espaço, do tempo do processo produtivo. Se nós não partirmos dos processos econômicos, nós estamos perdendo o tempo para decifrar espaço e tempo. A Geografia, portanto, como ele perguntou, tem que enfrentar essas coisas, tem que enfrentar que há um geossistema que não pode ser abandonado, sob pena da formação sócio-espacial também não explicar grande coisa, e assim por diante.

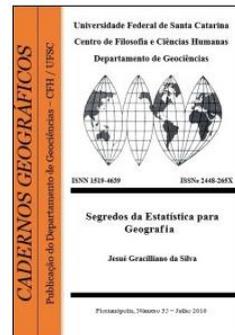
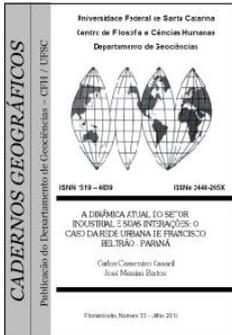
Maria Graciana E. de Deus Vieira

Mais uma vez nós queremos agradecer ao Professor Lobato e ao Professor Armen por estas exposições brilhantes. Gostaria de agradecer a presença dos alunos aqui da FAED, do pessoal de pós-graduação da UFSC, da USP, os professores também de Tubarão, da Escola Técnica, a Raquel, o doutoramento de São Paulo, o Marcos, o mestrado de São Paulo e também aos professores da casa, os professores do curso de Geografia e em especial aos alunos do PET que trabalharam na divulgação toda do evento. Também além dos agradecimentos, gostaria de dizer que nós daremos continuidade a essas palestras. Sendo que estão previstas para maio, a palestra sobre mudanças

climáticas, do professor Bigarella, da universidade do Paraná, que também é professor visitante do programa de pós-graduação em Geografia. Uma palestra também sobre o Mercosul e as indústrias catarinenses, que é de um professor da casa, que recentemente apresentou sua tese de doutorado na Espanha, professor Rubens de Oliveira. E também para agosto, a gente está com uma previsão de mais uma palestra do professor Marcio Henrique de Castro, que é professor da Universidade Federal Fluminense assim como é economista do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), sobre ciclos econômicos e formação brasileira.

Então, agradecendo a todos a presença, até a próxima.

CADERNOS GEOGRÁFICOS



O Cadernos Geográficos teve sua primeira publicação lançada durante a XX Semana de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina- SEMAGeo/UFSC, no ano de 1999, através do departamento de Geociências, que já publicava há mais de dez anos, com muito êxito, a revista GEOSUL. O Cadernos Geográficos pretendia constituir-se em mais um meio de divulgação de temas geográficos e afins, fato consolidado ao longo das quase duas décadas de publicação.

A criação de mais um espaço alternativo para a veiculação de trabalhos acadêmicos surgiu da necessidade de oferecer uma nova oportunidade de serem divulgados os resultados das pesquisas desenvolvidas nos Laboratórios do Departamento, por professores, trabalhos elaborados pelos alunos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, bem como monografias, dissertações e teses defendidas na área de Geociência da Universidade Federal de Santa Catarina.

O Primeiro número dos Cadernos Geográficos foi assinado pelo Prof. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, que apresentou um artigo inédito denominado “O Estudo Geográfico do Clima”, onde

procurava advertir aos iniciantes da temática sobre a posição da climatologia no conjunto curricular da graduação em Geografia. Os números seguintes contaram com importantes contribuições de grandes mestres da Geografia, entre eles o prof. João José Bigarella com a obra “Temas de Geologia Marinha” (C.G N° 03), o prof. Armen Mamigonian apresentando “A escola francesa de Geografia e o papel de A. Cholley” (C.G N° 06), Carlos Augusto Figueiredo Monteiro colaborando novamente com a obra “A Questão Ambiental da Geografia do Brasil” (C.G N°05), Prof. João Lima Sant’ Anna de Neto publicando “História da Climatologia no Brasil” (C.G N°07), a obra “Formação de uma economia regional no Leste Asiático” do embaixador Amaury Porto de Oliveira (C.G N°13), além das publicações de outros diversos pesquisadores da área geográfica de todo o Brasil que abrangeram diferentes temas da geografia física e humana.

O Cadernos Geográficos almeja sempre contar com a colaboração de todos que desenvolvem trabalhos na área do conhecimento geográfico para sistematizar com qualidade as publicações acadêmicas iniciadas no ano de 1999, no sentido de ampliar as discussões temáticas e sobretudo a motivação para produção de estudos que permitem se aproximar da compreensão da realidade que nos envolve, como também contribuir para construir uma reflexão crítica sobre os caminhos a serem tomados no desenvolvimento da sociedade nacional, regional ou local.



Aquisição: <http://cadernosgeograficos.ufsc.br/aquisicao/>

Email: cadernosgeograficos@contato.ufsc.br

Fone: (48) 3721-8613

Edições anteriores dos Cadernos Geográficos

Cadernos Geográficos N° 01

Título: O Estudo Geográfico do Clima

Autor: Carlos Augusto Figueiredo Monteiro **Ano:** 1999

Cadernos Geográficos N° 02

Título: Teorias Sobre a Industrialização Brasileira

Autor: Armen Mamigonian **Ano:** 2000

Cadernos Geográficos N°03

Título: Temas de Geologia Marinha

Autor: João José Bigarella **Ano:** 2000

Cadernos Geográficos N° 04

Título: As Relações Sociedade/Natureza e os Impactos da Desertificação nos Tópicos.

Autor: José Bueno Conti **Ano:** 2002

Cadernos Geográficos N° 05

Título: A Questão Ambiental na Geografia do Brasil

Autor: Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro **Ano:** 2003

Cadernos Geográficos N° 06

Título: A Escola Francesa de Geografia e o papel de A. Cholley

Autor: Armen Mamigonian **Ano:** 2003

Cadernos Geográficos N° 07

Título: História da Climatologia no Brasil, Gênese e paradigmas do clima como fenômeno geográfico

Autor: João Lima Sant'Anna Neto **Ano:** 2004

Cadernos Geográficos N° 08

Título: A Organização Mundial do Comércio e os países em desenvolvimento

Autor: Sérgio Buarque de Hollanda Filho **Ano:** 2005

Cadernos Geográficos Nº 09

Título: Reestruturação Agroindustrial e Comercial no Brasil

Autor: Carlos José Espíndola; José Messias Bastos **Ano:** 2005

Cadernos Geográficos Nº 10

Título: FLORAM: Potencialidades de Florestas Sociais para Revalorização dos Espaço Agrícolas Disponíveis.

Autor: Aziz Nacib Ab' Saber **Ano:** 2006

Cadernos Geográficos Nº 11

Título: Dinâmica Capitalista na Agricultura Brasileira: acumulação e relações de trabalho.

Autor: Fernando dos Santos Sampaio; Marcos Henrique Broietti; Marlon Clovis Medeiros **Ano:**2005

Cadernos Geográficos Nº 12

Título: Nota sobre a Epistemologia da Geografia

Autor: Dirce Maria Antunes Suertegaray **Ano:** 2005

Cadernos Geográficos Nº 13

Título: Formação de uma Economia Regional no Leste Asiático

Autor: Amaury Porto de Oliveira **Ano:**2006

Cadernos Geográficos Nº 14

Título: China: Desenvolvimento e Socialismo de Mercado

Autor: Elias Jabbour **Ano:** 2006

Cadernos Geográficos Nº 15

Título: O processo de Industrialização no sul do Brasil

Autor: Marcos Aurélio da Silva **Ano:** 2006

Cadernos Geográficos Nº 16

Título: A importância e a dinâmica da indústria de bens de capital para o desenvolvimento econômico brasileiro

Autor: Aloysio Marthins de Araújo Júnior **Ano:** 2007

Cadernos Geográficos N° 17

Título: A Contribuição de Alemães para a Formação Sócio-espacial Catarinense: O Caso da Grande Florianópolis

Autor: Karina Martins da Cruz **Ano:** 2010

Cadernos Geográficos N° 18

Título: A Indústria de Laticínios na Região Sul do Brasil: O Caso do Oeste Catarinense

Autor: Joel José de Souza **Ano:** 2010

Cadernos Geográficos N° 19

Título: As Ferrovias Brasileiras e a Expansão Recente para o Centro-Oeste

Autor: Ricardo Petrillo Fici **Ano:** 2010

Cadernos Geográficos N° 20

Título: A Geografia das Fusões e Aquisições de Empresas no Brasil

Autor: Domingos Sávio Corrêa **Ano:** 2010

Cadernos Geográficos N° 21

Título: A Produção de Maçãs no Sul do Brasil

Autor: Lucas Possedente Emerique **Ano:** 2010

Cadernos Geográficos N° 22

Título: Do Mar de Café ao Mar de Cana ou ainda um Mar de Braquiária: Transformações Estruturais e Composição da Área Agropecuária Paulista

Autor: José Sidnei Gonçalves **Ano:** 2010

Cadernos Geográficos N° 23

Título: A Geografia do Consumo de Alimentos e a Dinâmica do Setor Agroalimentar Brasileiro

Autor: Marlon Clovis Medeiros **Ano:** 2010

Cadernos Geográficos Nº 24

Título: Litoral Catarinense: O Coletivo e o Individual entre a População de Origem Açoriana

Autor: Nazareno José de Campos **Ano:** 2011

Cadernos Geográficos Nº 25

Título: Contribuição ao Estudo de Parques – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e o Parque Nacional de São Joaquim.

Autor: Joel Pellerin **Ano:** 2011

Cadernos Geográficos Nº 26:

Título: O Território Nacional na Análise da Atividade Pesqueira

Autor: Cesar Martins **Ano:** 2011

Cadernos Geográficos Nº 27:

Título: Roteiros Geológico-Oceanográficos Costeiros ao Longo da Ilha de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil

Autor: Norberto Olimiro Horn Filho **Ano:** 2012

Cadernos Geográficos Nº 28:

Título: Levantamento Socioeconômico com foco no Saneamento do Bairro Ilhota em Itapema – Santa Catarina

Autor: Rodrigo Cesar Cordova Bicudo Mereg (Coord.)

Ano: 2012

Cadernos Geográficos Nº 29:

Título: Sistema Portuário da Coreia do Sul: Com Referência ao Porto de Busan

Autor: Lee, Mej Joung **Ano:** 2013

Cadernos Geográficos Nº 30:

Título: Dinâmica territorial na região de Chapecó: Estratégias e Conflitos

Autor: Luiz Fernando Scheibe (Org); Cristina Benedet; Livia Guilardi; Sidinei Nierdele; Stella Maris Veiga **Ano:** 2014

Cadernos Geográficos N° 31:

Título: Abertura Comercial, Crise e Reestrutura Produtiva na Grande Empresa Têxtil do Médio Vale do Itajaí: Mitos e Verdades
Autor: Ivo Raulino **Ano:** 2014

Cadernos Geográficos N° 32:

Título: Desempenho Exportador Brasileiro e o transporte de cargas nos Portos e Terminais de Uso Privativo
Autor: Carlos José Espíndola **Ano:** 2014

Cadernos Geográficos N° 33: Título: A dinâmica atual do setor industrial e suas interações: o caso da Rede Urbana de Francisco Beltrão – Paraná

Autor: Carlos Casemiro Casaril e José Messias Bastos **Ano:** 2015

Cadernos Geográficos N° 34:

Título: Formação Sócio-Espacial: O que é isto?
Autor: José Messias Bastos e Edson de Moraes Machado (Organização) **Ano:** 2015-2

Cadernos Geográficos N° 35:

Título: Segredos da Estatística para Geografia
Autor: Jesué Graciliano da Silva **Ano:** 2016-1

Cadernos Geográficos N° 36:

Título: Investigações climáticas em eventos extremos: análises socionaturais
Autor: Alberto E. Franke, João A. Zavattini, Míkon P. A. Alves e; Rafael B. Silveira **Ano:** 2017.

Cadernos Geográficos N° 37:

Título: Navegações e Portos no Brasil e no Mundo
Autor: Armen Mamigonian **Ano:** 2017.

Cadernos Geográficos N° 38:

Título: China: Desenvolvimento e Socialismo de Mercado

Autor: Elias Jabbour **Ano:** 2020.

SÉRIE LIVROS GEOGRÁFICOS

A Série Livros Geográficos consiste em mais um esforço editorial do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina que, após o sucesso da revista GEOSUL, recomeçou com os Cadernos Geográficos, que estão sendo publicados com grande sucesso de público, incluindo versão eletrônica. E continuou com a revista Geografia Econômica: Anais de geografia Econômica e Social, até desembocar, no ano de 2008, na série Livros Geográficos. Nesta, tem-se o privilégio de poder editar obras de Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, João José Bigarella, Jean Tricart, Armen Mamigonian, Amaury Porto de Oliveira e C. M. Delgado de Carvalho.

Os Livros Geográficos buscam enfrentar um verdadeiro nó-de-estrangulamento que consiste na dificuldade de divulgação de trabalhos acadêmicos de alto nível, mas considerados pouco comerciais pelas editoras privadas, através da edição de grandes obras e se tornando acessíveis à estudantes, professores e estudiosos da grande área do conhecimento geográfico.

Solicitações:

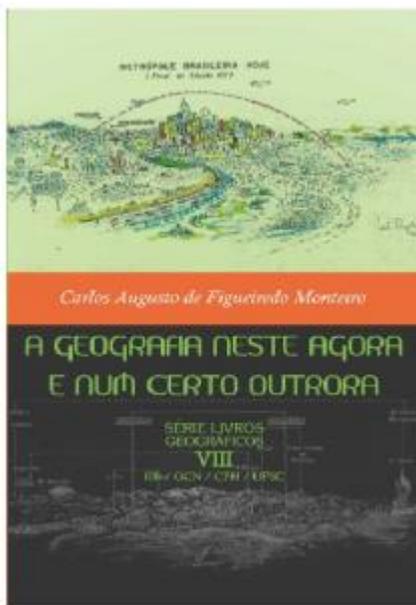
www.cadernosgeograficos.ufsc.br

cadernosgeograficos@contato.ufsc.br

Tel: 048 3721-8613 (LABEUR – GCN – CFH – UFSC)

VOLUME VIII

Título: A Geografia neste agora e num certo outrora



Autor: Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro

Florianópolis: IIG/GCN/CFH/UFSC, 2020. 272 pág. – (Livros Geográficos; VIII)

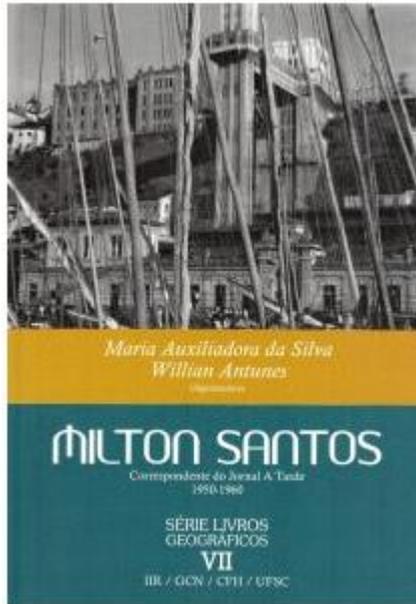
O autor e a obra:

Prestes a completar 93 anos, Carlos Augusto nos brinda com suas incursões iniciadas a mais de três décadas, após sua aposentaria, quando passou a preencher de forma ousada e corajosa uma lacuna ainda vaga e embrionária no Brasil, a saber, a união entre sua ciência mater, a Geografia, e o universo complexo e incomensurável da Cultura. Desse esforço hercúleo de aproximar a passos largos a Ciência e a Arte como um par indissociável e complementar, – algo que toma como um processo contínuo de “queimar etapas” na geografia brasileira, um tanto quanto deficitária nesta temática ao longo da segunda metade do século XX e mesmo pelas novas gerações de geógrafos – nosso mestre-aprendiz, em um incessante ato dúplice,

amplia as fronteiras da elaboração e da criação, como um salto dialético em vida que transpassa as barreiras da fundante escola de Climatologia Geográfica Brasileira para as fileiras ontológicas dos sertanejo profundamente nacional ligado às suas raízes culturais e regionais.

VOLUME VII

Título: Milton Santos: Correspondente do Jornal A Tarde 1950 – 1960



Organizadores: Maria Auxiliadora da Silva; Willian Antunes
Florianópolis: IIG / GCN / CFH / UFSC, 2019. 527 pág. – (Série Livros Geográficos; VII)

O autor e a obra:

O VII livro da Série Cadernos Geográficos reúne os artigos do professor Milton Santos originalmente publicados pelo jornal “A TARDE” entre 1949 e 1963.

A rica obra que o livro apresenta foi reunida pelo trabalho hercúleo de Maria Auxiliadora da Silva e Willian Antunes. Filho de professores do ensino público do interior da Bahia, Milton Santos cursou ensino secundário de alto nível em Salvador, destacando-se no colégio a ponto de dar aulas particulares a alguns colegas. Realidade que permitiu renda extra para frequentar boas livrarias da cidade. Exerceu, logo, liderança estudantil (cabeça de chapa do PCB em diretoria estudantil), convivendo com a ebulição política da conjuntura

da 2ª Grande Guerra. As suas experiências o levaram a assumir uma postura nacionalista, de esquerda, e uma visão otimista, que aparecem nos textos desse livro e em sua vida acadêmica, mesmo nas suas fases teóricas distintas, como em *Por uma Geografia Nova* (1978), e em *A natureza do espaço* (1996), diferentes uma da outra.

Os textos selecionados pelos organizadores foram classificados em nove capítulos, tal a variedade dos temas abordados. Começou-se com Estudos sobre a zona do cacau, região que deu origem ao primeiro livro consagrado de Milton Santos, terminaram com *Visita a uma revolução*, relatos sobre a viagem à Cuba em 1960, acompanhando Jânio Quadros e vários jornalistas brasileiros convidados, onde expõe suas impressões pessoais positivas e negativas.

Maria Auxiliadora e Willian chamam a atenção para as ideias expostas nos anos 1950 e que foram aprofundadas décadas depois: a geografia como uma “filosofia das técnicas”, por exemplo, também para os textos referentes à África e à Europa, que acrescidos aos de Cuba, criaram em Milton Santos a ideia de que os geógrafos brasileiros deveriam se debruçar sobre o mundo todo, demonstrando maturidade e independência em relação à geografia do centro do sistema capitalista.

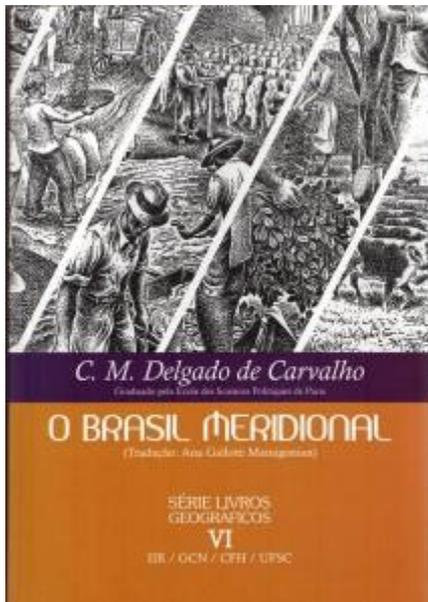
Tendo falecido em junho de 2001 aos 75 anos, Milton Santos foi considerado o nome mais consagrado da geografia humana brasileira e um dos mais consagrados do mundo. Por ocasião de seu falecimento, Aziz Ab’Saber assinalou Milton foi um filósofo da geografia comprometido com a sociedade e com os excluídos. Antônio Cândido lembrou que nos trabalhos de Milton o rigor científico nunca havia sido obstáculo a uma consciência social desenvolvida e profundamente arraigada nos problemas do Brasil. Celso Furtado afirmou que Milton possuía um pensamento muito rico e abrangente, com amplitude de vista e percepção dos problemas maiores da sociedade.

Em Milton Santos há um combate radical ao imperialismo, sendo a globalização sua etapa suprema, diferindo da visão açucarada de D. Harvey (Condição pós-moderna), que nega a existência das relações centro-periferia. Milton teve a coragem de apontar China e Índia como países inseridos de forma ativa e não passiva na chamada globalização e afirmou que “não é verdade que a China esteja se

tornando capitalista, podendo se utilizar do capital sem ser capitalista”. Intelectuais como Milton Santos, com raízes naturais e populares, nas regiões e países atrasados, são fundamentais para contrapor a tendência ao pensamento único e a perda do espírito crítico que levam ao fim da intelectualidade sob o capitalismo avançado.

VOLUME VI

Título: O Brasil Meridional: Estudo Econômico sobre os estados do Sul: São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1910)



Autor: C. M. Delgado de Carvalho

Tradução: Ana Gallotti Mamigonian

Florianópolis: IIG / GCN / CFH / UFSC, 2016. 326 pág. – (Série Livros Geográficos; VI)

O autor e a obra:

Delgado de Carvalho (1884-1980) foi durante a vida todo um intelectual infatigável, imbuído da ideia de missão, própria dos intelectuais brasileiros de seu tempo, no sentido de desvendar a realidade brasileira e a partir daí difundir ao máximo os resultados alcançados.

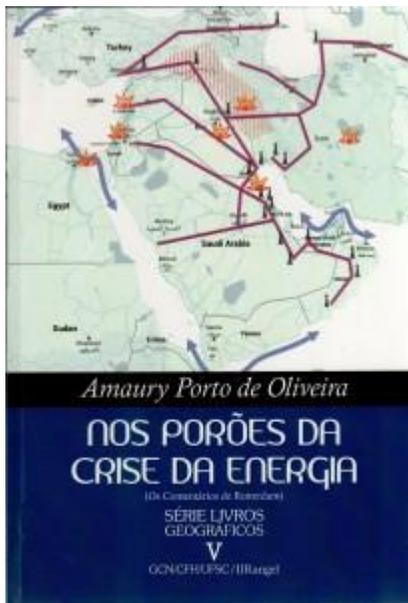
Le Brésil Meridional foi sua tese de doutorado, em edição melhorada e ampliada, pois, tendo estado no Brasil para preparar sua defesa na École des Sciences Politiques, recolhendo bibliografia, realizando viagens e estudando H. Morise (Clima), Orville Derby (geologia e relevo) e Nieppe da Silva (hidrografia), sentiu

necessidade, ao se instalar definitivamente no Brasil, de aprofundar seus conhecimentos e assim realizou prolongadas viagens e paradas, como no Porto do Rio Grande em ampliação, assinalando a importância dos projetos de engenharia, ou também no Vale do Itajaí, onde no Salto Weissback, nas proximidades de Blumenau, entrevistou colonos alemães e assim por diante.

Na delimitação do Brasil Meridional, na presente obra, apoiou-se na proposta de E. Reclus (1893), assumindo a importância da escala regional nos estudos geográficos. Mesmo após uma nova regionalização brasileira, o estudo de Delgado de Carvalho não é invalidado, pois, além das divisões de São Paulo (café), Paraná e Santa Catarina (mate) e Rio Grande do Sul (pecuária), Delgado estudou muito seriamente as áreas de imigração dos quatro estados, denominador comum de todos eles. Assim, hoje em dia, ninguém mais considera o sul do Brasil como periferia do Brasil sudeste. Por tudo isto, a tradução de *Le Brésil Meridional* e de toda a enorme produção geográfica de Delgado de Carvalho deveriam se tornar leitura obrigatória de todos os geógrafos, os mais idosos e os mais novos, para que a geografia brasileira possa retomar o papel de ciência importante para a compreensão e transformação do Brasil.

VOLUME V

Título: Nos Porões da Crise da Energia – Os comentários de Rotterdam



Autor: Amaury Porto de Oliveira

Florianópolis: UFSC / CFH / NUPPe / IIRangel, 2015. 424 pág. –
(Série Livros Geográficos; V)

O autor e a obra:

Amaury Porto de Oliveira talvez seja o intelectual brasileiro que mais avançou no estudo das questões geopolíticas que regem o mundo de hoje. Tendo se interessado, como encarregado dos negócios brasileiros no exterior, pela questão do conflito entre árabes e judeus e do nacionalismo árabe, aprofundou estas temáticas até chegar à questão do petróleo e daí à questão energética mundial, importantíssima hoje em dia, inclusive na disputa entre os EUA e a China pela liderança mundial. Outra questão geopolítica estudada por ele é a da emergência dos países asiáticos da orla do Pacífico. Amaury chama a atenção para a importância do Japão e de seu modelo

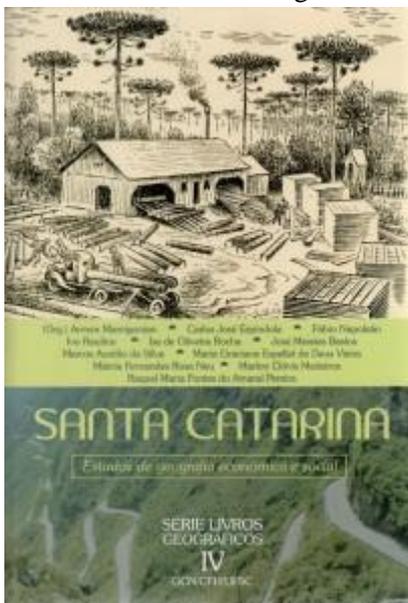
econômico, imitado pelos “tigres”, e depois passou a estudar a República Popular da China, o grande “dragão” atual, também parcialmente discípulo do Japão.

Suas cartas de Cingapura, difundidas no Brasil pelo IEA da USP, alcançaram muitos leitores em São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Florianópolis, entre outros centros universitários, estimulando intelectuais como Antônio Barros de Castro a participar do debate. Em Florianópolis a UFSC e a UDESC, em particular os professores de geografia econômica, foram amplamente beneficiados pela sua presença, com palestras para os cursos de graduação e pós-graduação durante vários anos, além de artigos reunidos no Cadernos Geográficos da UFSC intitulado “Formação de um economia regional no Leste Asiático”, de 2006. Sua generosidade resultou também em várias doações de livros e revistas para o Núcleo de Estudos Asiáticos da UFSC, em sala que recebeu em 2014 o nome de “Embaixador Amaury Porto de Oliveira”.

O livro, ora publicado, transmite uma visão pessoal, mas bem informada, de um jogo global ocorrido nos anos de 1970, graças ao acompanhamento diário do mesmo, através da imprensa internacional, de cartas semanais, revistas especializadas e livros, além das conversas com especialistas. Permitem, em suma, que se vislumbrem arcanos da Crise da Energia e se obtenham elementos de compreensão das rivalidades de hoje.

VOLUME IV

Título: Santa Catarina – Estudos de Geografia Econômica e Social



Autor: (Org.) Armen Mamigonian; Carlos José Espindola; Fábio Napoleão; Ivo Raulino; Isa de Oliveira Rocha; José Messias Bastos; Marcos Aurélio da Silva; Maria Graciana Espellet de Deus Vieira; Márcia Fernandes Rosa Neu; Marlon Clóvis Medeiros; Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira

Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011. 474 pág.– (Série Livros Geográficos; IV)

A obra:

Embora dispondo de extensão territorial inferior à maioria das unidades da federação (1,12% do território brasileiro, sendo o 20º em área), a economia catarinense se qualifica entre as mais dinâmicas do país, resultando em forte presença nacional, creditada ao processo de acumulação capitalista ancorado em formações sociais fundamentadas na pequena produção mercantil, base do avanço produtivo regional. Em meados dos anos de 1980, em Santa Catarina,

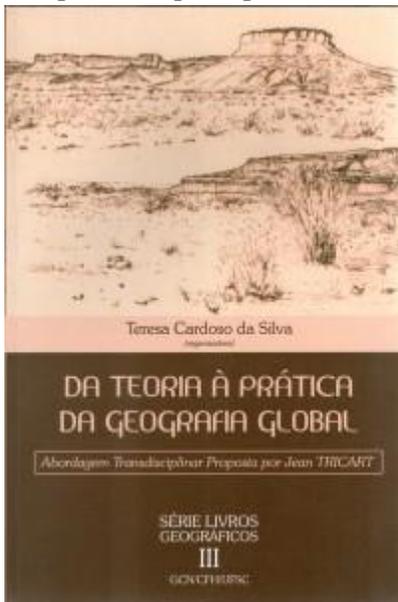
os grandes grupos privados de projeção nacional eram todos eles industriais e se dispersavam pelas várias regiões: Sadia e Perdigão no Oeste; Hering, Artex, Tigre-Hansen, Weg, etc. nas áreas alemãs; Guglielmi, Freitas e Gaidzinski na área carbonífera, além da Portobello – Usati no Litoral Central. Entretanto, nos últimos anos, há uma perigosa deterioração das relações comerciais de Santa Catarina com o mundo. Do quinto exportador brasileiro em 1999, com participação de 5,35% das exportações nacionais, graças aos produtos manufaturados (têxteis, motores elétricos, autopeças, etc.), caiu a décima colocação em 2009, com total de 4,20%. Não surpreende, neste meio, que tenha sido ultrapassada por Mato Grosso, Pará e Espírito Santo, exportadores de commodities. Mais surpreendente é o fato do Estado ter registrado superávit comercial com o exterior US\$ 3,4 bilhões de 2004, declinando sua presença nos anos seguintes até chegar ao humilhante déficit comercial de US\$ 857 milhões em 2009.

As causas desses dados chocantes ligam-se a absurda política econômica de câmbio supervalorizado, que estimula importação e prejudica exportações, acoplada aos juros altíssimos, que atraem a especulação financeira nacional e internacional. O Brasil vive nos últimos anos sob uma política econômica esquizofrênica: Mantega e o BNDES pisam no acelerador, enquanto que o BC pisa no freio a pretexto de combater a inflação. É esse o eixo norteador do debate proposto pelos autores, que procuram elucidar a questão do desenvolvimento regional e setorial do estado de Santa Catarina lastreados pelo paradigma interpretativo de formação sócio-espacial, superando visões fantasiosas e limitadas que há muito já deveriam ter sido superadas.

Os estudos reunidos no livro tratam inicialmente das questões ligadas à formação social catarinense, assinados por Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, Maria Graciana Espellet de Deus Vieira e Marcos Aurélio da Silva. Em seguida aparecem estudos sobre o setor industrial, de autoria de Armen Mamigonian, Fábio Napoleão, Ivo Raulino e Isa de Oliveira Rocha. As agroindústrias da carne e do arroz são tratadas por Carlos José Espíndola e Marlon Clóvis Medeiros, respectivamente. Os estudos sobre o setor comercial de Santa Catarina, de José Messias Bastos, e dos portos catarinense, de Márcia Fernandes da Rosa Neu encerram a relação de onze ensaios que procuram jogar luz sobre a realidade estadual.

VOLUME III

Título: Da Teoria à Prática da Geografia Global – Abordagem Transdisciplinar Proposta por Jean TRICART



Autor: Teresa Cardoso da Silva (Org.)

Florianópolis: GCN / CFH / UFSC, 2011. 294 pág. – (Série Livros Geográficos; III)

A obra:

Jean L.F. Tricart nasceu em Montmorency, França, em 16 de setembro de 1920. Diplomou-se em Geografia e História em 1942, seguido do Doctorate de Etat na Sorbonne, com a tese principal sobre a Morfologia do Leste da Bacia de Paris e outra secundária sobre o cultivo de frutíferas na Região Parisiense. Jean Tricart foi um pioneiro em vários campos da ciência geográfica e no aperfeiçoamento de métodos e técnicas de investigação no campo e de georreferenciamento, com base na utilização dos registros de Sensores Remotos. Segundo ele próprio declarou (1987): Através da Geomorfologia e das reconstruções paleoclimáticas tentei aumentar o meu campo de visão e passei a relacionar geomorfologia/pedologia,

geomorfologia/hidrologia, geomorfologia/geologia, para depois chegar a uma aproximação integrada (sistêmica) do meio natural, com vistas a sua gestão e seu planejamento (TRICART, 1987).

Os resultados de suas pesquisas conduziram a consultorias de Organizações internacionais como UNESCO, FAO, em programas de países da África (Argélia, Senegal, Mali, Costa do Marfim, Togo, Nigéria e Sudão) e da América Latina (Brasil, Argentina, Venezuela, México, Peru, Colômbia, Chile, e outros).

O livro apresenta uma coletânea de textos elaborados por uma equipe multidisciplinar composta por professores, pesquisadores e técnicos de Universidades e Órgãos especializados em vários campos das Ciências Geográficas e afins. A maioria dentre eles foram discípulos de TRICART e absorveram seus ensinamentos por meio de aulas, palestras, levantamentos de campo ou que assimilaram e discutiram suas ideias apresentadas em Congressos, Seminários e Reuniões Técnicas. A obra foi dividida em quatro partes, sendo elas: Fundamentos, Conceitos e Métodos; Depoimentos, Comentários e Reflexões sobre a Obra de Jean Tricart; Concepção Ecodinâmica Aplicada à Estudos de Problemas Ambientais; Sugestões de Estudos e Projetos em Áreas Prioritárias; além das considerações finais.

VOLUME II

Título: A Serra do Mar e a Planície Costeira do Paraná - Um problema de segurança ambiental e nacional



Autor: João José Bigarella, Roberto Klein (*In Memoriam*), Jaime Loyola e Silva, Everton Passos.

Florianópolis: GCN / CFH / UFSC, 2008. 391 pág. – (Série Livros Geográficos; II)

O autor e a obra:

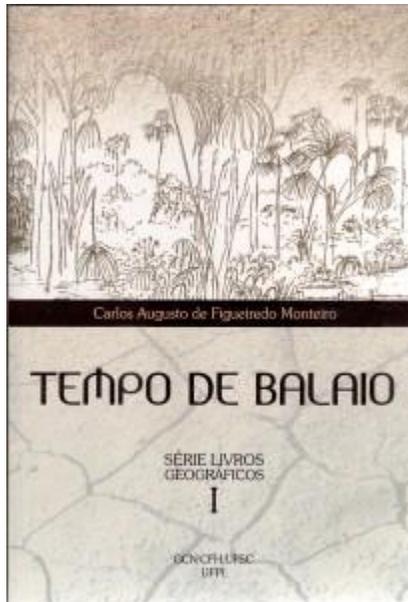
O professor João José Bigarella nasceu em 1923 em Curitiba. É engenheiro Químico, formado pela Universidade Federal do Paraná, onde também realizou seu doutorado em Ciências Físicas e Químicas. Em 1956 ingressou no Ensino Superior, tornando-se Professor Catedrático em Mineralogia e Geologia Econômica na UFPR. Colaborou com os programas de Pós-Graduação de Pós-Graduação das Universidades de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como da Universidade de São Paulo. Em seus estudos sobre a América Latina e África, tornou-

se um profundo conhecedor em paleoambientes, ambiente eólico e da problemática ambiental em geral.

O presente trabalho representa uma importante contribuição para os estudos integrados do sistema natural e destaca o forte apelo para a preservação ambiental. Para a compreensão dessa importante área do território paranaense, combinando serra, planície e baía, foram analisados os aspectos geológicos, geomorfológicos, sedimentológicos, hidrológicos, climáticos e botânicos, como também realizados inúmeros trabalhos de campo, coletando amostras e descrevendo diversos aspectos da paisagem. As amostras receberam amostras laboratoriais e analíticas, tendo sido criados com os resultados inúmeras figuras, visando facilitar o entendimento das diversas características sedimentológicas. Tópicos da legislação ambiental foram salientados, bem como as consequências da interferência antrópica.

VOLUME I

Título: Tempo de Balaio



Autor: Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro

Florianópolis: GCN / CFH / UFSC, 2008. 391 pág. – (Série Livros Geográficos; II)

O autor e a obra:

Nascido em 1927, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, piauiense, natural de Teresina, é geógrafo licenciado em Geografia e História na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade de Brasil, Rio de Janeiro, com complementação na Universidade de Paris (Sorbonne). Em 1955 iniciou, em Florianópolis, sua carreira de magistério superior como responsável pela cadeira de Geografia Física na antiga Faculdade Catarinense de Filosofia. Atuou até 1959, sendo convidado a ser coordenador da elaboração do Atlas Geográfico de Santa Catarina, publicado em 1958, obra pioneira no Brasil.

“Tempo de Balaio” resulta de uma obra composta por cinco volumes, fartamente ilustrados e com cerca de duas mil páginas, centralizadas na saga de uma família piauiense entre 1850 e 1950,

abrangendo quatro gerações. O primeiro volume, título da presente obra, focaliza a província do Piauí em meados do século XIX, o que embora indelevelmente marcado pela Balaiada- movimento revolucionário que percorreu o território piauiense do delta do Paranaíba até a fronteira com a Bahia – mas que, para melhor compreensão acabou retrocedendo às origens do povoamento daquela pouca conhecida unidade da federação brasileira, podendo ser considerado um subsídio à compreensão histórica da terra e da gente do Piauí. Essa introdução é seguida pela série de quatro volumes, rotulada “Rua da Glória” (o antigo nome da rua em que nasceu Carlos Augusto e que viveu até os dezoito anos em Teresina), cada um deles centralizado em cada uma das etapas dos troncos familiares: bisavós (Rumo à Cidade Nascente); avós (As Armas e as Máquinas); pais (No tempo dos Revoltosos) e individual (O Tamanho de Uma Esperança).

Solicitações:

www.cadernosgeograficos.ufsc.br

cadernosgeograficos@contato.ufsc.br

Tel: 048 3721-8613 (LABEUR – GCN – CFH – UFSC)

PERFIL DA SÉRIE CADERNOS GEOGRÁFICOS

PARÂMETROS PARA ACEITAÇÃO DE OBRAS E INSTRUÇÕES

A Série Cadernos Geográficos aceitará pesquisas científicas empíricas ou teóricas. Poderão ser organizados, após consulta a Comissão Editorial, números especiais ou dossiês temáticos que poderão ser compostos por mais de um autor.

INSTRUÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

As obras a serem enviadas para análise para publicação devem ser em tamanho A4, digitados em Word, com espaçamento 1,5 entrelinhas, letra Times New Roman, tamanho 12.

Todos os textos devem ser enviados em versão eletrônica (cadernosgeograficos@contato.ufsc.br), acompanhados de uma folha, em que conste: nome(s) do(s) autor(es), filiação acadêmica, e endereço para correspondência.

Os originais devem ser enviados sem moldura, com escala gráfica e legendas legíveis.

As referências e citações devem seguir as orientações da ABNT.

As notas devem constar no rodapé.

Será responsabilidade do autor a correção ortográfica e sintática do texto.

A seleção dos textos será realizada por pareceristas do Conselho Científico.

No processo de seleção consideram-se três situações: texto aprovado para publicação, texto reencaminhado ao autor para modificações ou texto recusado.

Endereço para correspondência:

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Geociências
Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais
Campus Universitário – Trindade 88.040-900 – Florianópolis – SC
Telefone: (00 XX 55) 48 3721-8637

E-mail: cadernosgeograficos@contato.ufsc.br

Pedidos/informações: www.cadernosgeograficos.ufsc.br